



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ATA DA REUNIÃO DE 30/04/2021

**CÂMARA MUNICIPAL
DO
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 7/2021 da reunião ordinária realizada no dia 30 de abril de 2021, iniciada às 16:00 horas e concluída às 20:30.



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ORDEM DO DIA **REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2021**

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 5 E 6 DE 26 DE MARÇO E 16 DE ABRIL DE 2021.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Prorrogação da isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excepcionalmente no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- b) Aprovação da minuta da adenda ao anexo do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação Dignitude;
- c) Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares;
- d) Atribuição de apoio financeiro – Teatro Clube de Alpedrinha;
- e) Atribuição de apoio financeiro – Associação Cultural ESTE – Estação Teatral da Beira Interior;
- f) Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano letivo 2019/2020;
- g) Sociedade Lambelho e Filhos, Lda. – renúncia ao exercício do Direito de Preferência – Lote n.º 177-A, da Zona Industrial do Fundão.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) António Alberto Dias Pereira – construção de moradia unifamiliar – Aldeia Nova do Cabo;
- b) António Marques Pires – obras de ampliação de habitação unifamiliar – Bogas de Baixo;
- c) Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – alteração de edificação destinada a habitação unifamiliar - Lavacolhos;
- d) Luís Miguel Felício Baptista Alves – alteração de habitação unifamiliar – Fundão;
- e) Maria da Visitação Bernardo Gonçalves Calvário – alteração de habitação unifamiliar – Donas;
- f) António Luís Nunes Pereira – legalização da alteração de habitação unifamiliar – Alpedrinha;
- g) Vânia Cristina Marrucho Esteves – ampliação de edificação destinada a habitação e atividade industrial – Alcaria;



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

- h) António Clemente Alverca – obras de ampliação de arrecadação agrícola e legalização de edifício de arrumos – Donas;
- i) Villa and Farm, Lda. – obras de alteração e ampliação de edifícios para empreendimento de turismo em espaço rural – Vale de Prazeres;
- j) Município do Fundão – obras de alteração de unidade de saúde familiar – Cereja – Fundão;
- k) Município do Fundão – ampliação de edificação destinada a Extensão de Saúde – Souto da Casa;
- l) Pedro José Duarte Venâncio – alteração de operação de loteamento – Fundão;
- m) Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. – prestação de caução sob a forma de hipoteca voluntária sobre bens imóveis.
- n) Construções José M. A. Reis, Lda. – redução de taxas;
- o) Ainda Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Castelo Novo;
- p) Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade – Valverde.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Convenção de subvenção – Fundão Acolhe – Centro de Capacitação para NPT's;
- b) Balancete do dia 27 de abril de 2021.

ATA N.º 7/2021

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, realizou-se por videoconferência, a reunião privada da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, com a participação do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Dr. Pedro Manuel Figueiredo Neto, tendo sido secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Isabel Carvalho Campos.

Esta reunião foi realizada tendo por base a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março, na sua atual redação.

O Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião.



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

1 – APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 5 E 6

Foram apresentadas à Câmara as atas das reuniões ordinárias realizadas nos dias vinte e seis de março e dezasseis de abril do corrente ano, submetidas a votação pelo Senhor Presidente.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes solicitou ao Senhor Presidente que adiasse a votação das atas pela seguinte razão: “recebemos a documentação da reunião na quarta-feira, grande parte da documentação não consegui abrir os ficheiros, só ontem à tarde é que me foram enviados com as duas atas e com a documentação toda desta reunião, não consegui, pura e simplesmente, ver as atas, e neste sentido, pedia para adiar, se não fosse incómodo”.

O Senhor Presidente questionou se o Senhor Vereador estava a referir-se às duas atas.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes respondeu que se referia às duas, porque não tinha conseguido ver nenhuma, uma vez que tinha recebido toda a documentação no dia anterior à reunião de câmara.

O Senhor Presidente, sobre a questão colocada pelo Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, disse que a ordem dia não era muita extensa e que já tinha havido outras com mais documentação.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes contrapôs: “eu trabalho, ontem fiz a viagem de Portalegre onde dou aulas, hoje estive a dar aulas de manhã, e tive a documentação toda com menos de quarenta e oito horas, mais as atas, e nem sequer consegui abrir o ficheiro. Estou a especular, mas, se for o normal, as duas atas devem ter pelo menos cem páginas. Estamos a falar de cem páginas a juntar a todas as outras. Da minha parte não há problema, podemos votá-las, mas vou votar contra”.

O Senhor Presidente pediu a opinião aos Senhores Vereadores relativamente à questão de adiar a votação das atas, realçando, no entanto, que havia uma datada de 26 de março.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os intervenientes, bem como a comunicação social e a equipa de apoio autárquico, e referiu: “quero subscrever na íntegra aquilo que o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes referiu, e bem, sintetizando o que aconteceu na verdade, até porque houve uma solicitação a pedir nova documentação porque não se conseguia abrir os ficheiros que estariam danificados, e isso foi remediado pelo facto de serem enviados novamente, mas acho que ficou perto das vinte e quatro horas, o tempo que tivemos para trabalhar os documentos da reunião de câmara e, portanto, quero subscrever aquilo que o meu colega vereador Prof. Sérgio Mendes referiu e reforçando que se o Senhor Presidente não adiar a votação das atas, no meu entender, naturalmente que votarei contra”.



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Senhor Presidente usou da palavra para perguntar ao Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, relativamente aos pontos da agenda, quais é que não tinha conseguido abrir, para poder decidir, se o meio mais simples seria adiar a reunião durante dois dias.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes respondeu que tinha conseguido ver a documentação toda da ordem do dia, e que em relação às atas, tinha recebido uma às 18h00 outra às 22h00.

O Senhor Presidente disse que tinha ficado com a ideia, na primeira intervenção do Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, de que não tinha conseguido abrir de uma forma geral os documentos.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que não tinha conseguido visualizar os documentos na quarta-feira, que entretanto solicitou aos serviços o seu reenvio, e que tinha conseguido analisá-los todos, à exceção das atas porque, à hora que tinham sido recebidas teria sido humanamente impossível para si dar resposta a tudo.

O Senhor Presidente perguntou à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento se também tinha conseguido ver os documentos todos, à exceção das atas.

A Senhora Vereadora respondeu que tinha conseguido ver os documentos todos, exceto as atas.

Neste seguimento, o Senhor Presidente pediu a opinião do restante executivo quanto à aprovação da atas.

O Senhor Vice-presidente usou da palavra o referiu o seguinte: “é evidente que nós aprovamos todos os documentos em minuta, ou seja, a eficácia das deliberações é automática no final das reuniões de câmara, e aquilo que é transposto para ata, no fundo, são as deliberações e as considerações que cada membro do executivo faz. A minha pergunta é, se existe, de facto, algum momento, em alguma ata, que não queiram ver aprovado, até porque, no final da reunião de câmara é partilhado automaticamente o áudio e o vídeo das reuniões mas, nós gostaríamos, até porque foi posta em causa a honra do órgão Câmara Municipal, de todos os membros do executivo e também da Assembleia Municipal, e torna-se, por isso, extremamente relevante que a ata da última reunião de câmara seja tornada pública e, portanto, se a vontade dos membros do Partido Socialista não seja validar essa ata, eu tenho todo o direito de tornar público aquilo que foi, efetivamente, esse debate, porque a câmara está refém, daquilo que foi essa discussão, está refém desta aprovação e, portanto, eu sinto-me no direito, independentemente daquilo que é o sentido de voto, porque esta questão já foi levantada muitas vezes, se a ata chega mesmo com quarenta e oito horas de antecedência, ou se chega ligeiramente com um período inferior e, portanto, aqui acho que até seria pela forma como foram feitas algumas considerações acerca



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

dos membros do executivo desta câmara, seria porventura do interesse dos vereadores do Partido Socialistas, esclarecerem aquilo que disseram em absoluta contradição, com aquilo que tornaram público no dia vinte e cinco de abril”.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Duarte disse que se sentia confortável para votar favoravelmente as atas.

A Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira disse que também votaria favoravelmente as atas.

O Senhor Vereador Dr. Pedro Neto disse que estaria disponível para votar favoravelmente as atas.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que não poderia votar favoravelmente uma ata que “foi enviada com menos de vinte e quatro horas. Peço imensa desculpa mas não o consigo fazer e não é a primeira vez que isto acontece. Se realmente há urgência em enviar as atas, estamos a falar de atas com mais de um mês, recebi-as com menos de vinte e quatro horas, e se nós estamos de boa-fé, temos de estar de boa-fé até ao fim e eu aqui, compreendo que toda a gente possa estar à vontade para votar, eu não tive tempo, nem me foi concedido esse tempo, já fiz o esforço tremendo para conseguir analisar toda a documentação para a reunião de câmara de hoje, com menos de vinte e quatro horas, já estou a ceder no sentido de realizar a reunião mesmo não cumprindo a lei. Podemos votar, vou votar contra, e da mesma forma que pode ser tornada pública, por uma questão política, a posição dos vereadores, também vai ter que ser tornada pública a posição da maioria do executivo relativamente a esta intransigência de votarmos favoravelmente hoje a ata”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente e acrescentou: “há aqui dois patamares nesta questão que já percebi. Um deles é o patamar absolutamente formal relativamente à questão das atas, e não tendo ouvido nenhuma outra informação por parte dos serviços, tomo como certo que, de facto, as atas não foram entregues ou partilhadas por todos na quarta-feira. Nesse sentido, temos tido sempre este elevado sentido de cooperação e de confiança mútua entre todos, para quando não nos sentimos confortáveis, ou não temos tido capacidade de analisar, ou temos dúvidas, às vezes até mais técnicas sobre qualquer documento, de facto, temos tido sempre esta postura, não sei se a maioria, se mesmo todos, porque aí já aconteceu este espírito de cooperação, porque também já aconteceu, algumas vezes pedir a qualquer um dos vereadores, nomeadamente, os que não estarão nessa dita maioria, também, para nalgum aspeto ou outro, a bem do bom funcionamento do órgão, algumas colaborações que vão para além do estritamente formal, e também nunca tivemos qualquer tipo de problema relativamente a esse assunto. Por isso, aí, não tenho absolutamente nada, que não vá ao encontro de uma



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

situação que, se efetivamente há alguma ata ou algum documento que não foi entregue a tempo e se é um documento que carece dessa leitura, não tenho outro remédio, enquanto coordenador do órgão colegial, de essa questão ser aceite, até o que tem sido sempre a linha que este executivo tem tido, desde o primeiro dia, e há de seguramente continuar assim. Há uma segunda questão que já percebi até pela parte das intervenções, que se prende com um facto que aconteceu, muito desagradável, seguramente, não é nada normal, primeiro, ter acontecido, segundo, nos termos em que aconteceu, acho que até os termos conseguiram ser piores do que o facto em si, porque os termos deram-lhe ainda outro género de gravidade, e nesse sentido, há vontade da parte de alguns dos nossos colegas de executivo de, para defesa da sua honra e, eventualmente, na sua percepção também da defesa do próprio órgão, que essa questão seja cabalmente explicada, para que o órgão e cada um de nós, não continue a poder ser atacado, utilizado até às vezes em termos muito inapropriados, relativamente a algo que em nada, no meu entender, teve a ver com o que foi a reunião, por assim dizer, onde o tema do programa do 25 de Abril foi abordado e, como tal, acho que essa questão na defesa do órgão é uma questão também pertinente para aqui ser colocada, porque o *timing* associado à defesa, também é um *timing* que pretende sanar e impedir que, até algumas questões que, obviamente, não vou adjectivar, mas que se prende muitas vezes com os tempos em que vivemos, em que às vezes, ramos rápidos de populismo e até algumas intervenções que eu vou pôr, naquilo que é o contexto muitas vezes do ódio às instituições, foram aparecendo e, obviamente, enquanto presidente da câmara e, sobretudo, também aqui coordenador do órgão colegial que nós representamos, há questões que a todos, e quando digo a todos é a todos mesmo, nos obrigam a dar e abrir, para que as pessoas percebam que, relativamente à última reunião de câmara, aquilo que foi refletido, foi do mais cordato, do mais adequado, do mais informativo e até do mais respeitador, até por outras questões que todos os que aqui estamos, obviamente, aconteceu, e isso para rapidamente entrarmos, naquilo que se chama uma relação de perfeita normalidade e de perceber a normalidade que aconteceu, no âmbito da última reunião de câmara, porque acho que há questões que neste momento estão para além do que é o jogo democrático, o jogo político, o jogo normal das vicissitudes, da divergência e da pluralidade de opinião, há questões que vão muito para além disso, porque o foram, e na reação popular ao que aconteceu, acho que é natural que haja aqui uma necessidade de defesa da honra do órgão câmara municipal, relativamente à forma perfeitamente normal como as questões foram explicadas, por isso, essa é uma questão também relevante, e dizer também que houve dois pedidos para acesso ao que aconteceu na última reunião, um da Comissão Permanente da Assembleia Municipal e outro do deputado José Pina que fez o pedido por *email*. Obviamente, que os senhores deputados, de



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

forma individual são relevantes, mas há também um pedido do órgão Assembleia Municipal para ter acesso ao que aconteceu na reunião, ter acesso à reunião é interessante porque há acesso à ata e àquilo que nós partilhamos, nomeadamente a partilha do áudio que geralmente temos, e sobre isso, também gostaria de perguntar aos Senhores Vereadores, com a mesma lisura com que perguntei sobre a última questão, e também tomei a posição que ouviram, também gostava de ouvir os Senhores Vereadores sobre isso, dado que o órgão pediu, e acho que quanto mais depressa nós também explanarmos esta questão, menos estas esculturas, por vezes que relato um pouco de populistas ou extremistas, porque os termos em que eu vi algumas coisas, são algo chocantes e acho que a todos nos chocaram. Por isso, acho que esta questão parece-me, também importante e, como tal, também gostava de vos ouvir sobre ela, o que significaria que o município partilharia esse áudio com a Assembleia Municipal, que está a pedi-lo, obviamente, também com o Senhor Deputado que também o pediu, e dada a defesa da honra do órgão, todos nós teríamos possibilidade de defender o órgão num posicionamento, relativamente àquilo que aconteceu nessa reunião e de perceberem, creio eu, de uma forma absolutamente inequívoca, que o órgão executivo, e talvez, do ponto de vista da comunidade, aquele que tem uma responsabilidade maior em muitos aspetos, também nos aspetos do bom funcionamento das instituições, teve um comportamento inequívoco, relativamente a todo esse processo. Acho que isso era importante para, de uma vez por todas esta questão, deixar de alimentar, sobretudo, o que eu lhe chamo uma espécie de cultura de ódio, que não interessa nada ao nosso município, nem seguramente a cada um de nós naquilo que representamos. Por isso, faço novamente uma ronda sobre esse assunto, porque é um segundo assunto e creio eu que, ficar mais quinze dias a marinar, não é bom para as instituições, não é bom, no meu entender, para a perceção que os cidadãos têm do funcionamento dos órgãos e até, do relacionamento que têm os Senhores Vereadores, relativamente às questões que vamos, e bem, decidindo, cooperando, criticando e argumentando, mas com um nível de respeito que, no meu entender, sempre foi exemplar no funcionamento do órgão Câmara Municipal do Fundão”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dr.^a Joana Bento. “Senhor Presidente, em relação à partilha daquilo que é a reunião de câmara estou perfeitamente à vontade para fazer, e permita-me dizer o seguinte. Entendo que o órgão queira fazer defesas da honra, gostaria mais de ter visto o órgão querer fazer a divulgação das reuniões de câmara, sejam elas gravadas ou presencialmente, mas não é o caso, já lá irei, por outros motivos, porque quando a nossa proposta de divulgação das reuniões de câmara, através das plataformas *online* é feita, a bem da boa e saudável democracia fundanense, isso não é permitido. Portanto, há sempre dois pesos e duas medidas. Não estou contra a divulgação do vídeo da câmara, aliás ele é passível de ser



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

guardado durante trinta dias na nossa conversa por esta via e depois mais tarde, fazer-se o *download* dela é algo que é passível de se fazer, mas, reitero, só lamento que divulguem as reuniões de câmara, quando vós, que é legítimo, se sintam ofendidos, eu gostava mais que o tivessem feito ao longo do mandato”.

Interveio novamente o Senhor Presidente para referir: “Senhora Vereadora Dra. Joana. Não entendo, porque é que se dirige a nós, sentirmo-nos ofendidos. Eu referi o órgão todo, não referi partes do órgão, é a defesa da honra do órgão como um todo. Não percebo porque é que se está a dirigir a vós, o a vós, não é inclusivo. Não falei em nós ou vós, falei de um órgão todo. A situação que aconteceu, no meu entender, tem, no ponto de vista da apreciação do cidadão relativamente ao funcionamento do órgão, questões, que na forma, e naquilo que foi o escalonar do que aconteceu, que no meu entender, põem em causa aquilo que é a perceção errónea do que é o funcionamento normal e muito adequado que temos tido na câmara e que, em concreto, nesse assunto, também aconteceu”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Disse que não se opunha à divulgação do vídeo à Comissão Permanente da Assembleia Municipal nem ao deputado José Pina. E acrescentou: “só estava a dizer que lamento que a divulgação das reuniões de carácter público não aconteça por outros motivos, e só apenas esses, esperando que este precedente de divulgação seja, de facto, uma tendência para haver essa divulgação pelos cidadãos, não apenas do áudio, mas das reuniões públicas de câmara, porque não temos indicação de quanto tempo vamos manter-nos no uso das plataformas digitais para fazer as reuniões de câmara. A verdade é que isso também fica ao critério do Senhor Presidente, aliás, o uso do Salão Nobre e a forma como você marca as reuniões, é uma decisão sua, que nós podemos ou não concordar, mas estamos aqui presentes a bem dos grandes interesses do Fundão. Em relação às comemorações do 25 de Abril e ao vídeo da reunião, estou perfeitamente à vontade com aquilo que disse, mas peço, não tive oportunidade de ver a ata, para porem a conversa toda do final da reunião de todos os assuntos de todos os intervenientes, porque o Senhor Presidente começou por dizer, e bem, que às vezes até partilhamos sentimentos e estados de alma, não é, na nossa ligação e, portanto, não tenho problema nenhum em dizer aqui publicamente que partilhei com o executivo um momento de profunda dor que tive nessa véspera. Não tenho problemas nenhuns em assumir isso, se o entendem divulgar, mas que divulguem toda a conversa no após balancete, mas de toda a gente, com todos os assuntos e não escamoteiem nada na ata, nem retirem assuntos, porque uns então, não são menos importantes do que os outros, falar de reitores não será com certeza menos importante, do que falar de um assunto pessoal e daquilo que eu disse na altura, com o tempo que tive para o dizer”.



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Senhor Presidente dirigiu-se à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento para dizer que a ideia não era partilhar a ata porque ainda não tinha sido aprovada, e que estava apenas a referir-se à parte da gravação.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento disse que não sabia se já tinha sido deliberado a aprovação da ata.

O Senhor Presidente disse à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, relativamente à questão da ata, que dado não ter havido consenso sobre esta questão, do ponto de vista da forma e dado que não tinha ouvido dos serviços nada que contrariasse os *timings* em que o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes recebeu a ata, era absolutamente inequívoco que não iria ser votada. “Acho que fui claro, por isso, esse assunto está ultrapassado. Levantei uma segunda questão, tendo em vista um contexto muito extraordinário que aconteceu, sobretudo esta última semana e, como tal, coloquei à vossa consideração e vou ouvi-los todos sobre esse assunto”.

A Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira disse que concordava com a partilha do excerto do áudio, relativamente ao assunto em causa.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Duarte disse que também concordava com a partilha do excerto.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que concordava com a partilha de todo o áudio.

O Senhor Presidente disse que não estava em causa um excerto do áudio, que todos sabiam qual era a questão, e que o áudio da reunião não tinha cortes.

O Senhor Vereador Dr. Pedro Neto disse que concordava com o Senhor Presidente e que deveria ser facultado o áudio.

O Senhor Presidente terminou este assunto dizendo “relativamente à questão da ata não a votaremos, dada a natureza do que aconteceu durante esta semana e que pôs em causa aquilo que é o normal funcionamento do órgão câmara municipal, e que esta questão deve ser partilhada por quem a solicitou e pode ser utilizada para defesa da honra e do bom funcionamento do órgão”.

Seguidamente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta, submeter a votação as atas das reuniões ordinárias realizadas nos dias vinte e seis de março e dezasseis de abril do corrente ano, na próxima reunião de câmara.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo-se ao término do estado de emergência em que o País se encontrava devido à situação da Pandemia – Covid-19, e disse



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

esperar, que a partir do mês de maio, se regressasse novamente às reuniões presenciais, o que era uma boa notícia para o País, para a região e também para o concelho.

Seguidamente deu a palavra ao Senhor Vice-presidente.

Iniciou a sua intervenção referindo que “independentemente, daquilo que vai ser a partilha do áudio que vai chegar, ou que vai ser utilizado por cada um, como bem entenderem, queria só dizer que tirei umas notas relativamente àquilo que foi a reunião de câmara do dia dezasseis de abril. Quase dez dias antes das cerimónias do 25 de Abril e aqui, recorrendo àquilo que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara que falava das comemorações do 25 de Abril dando conta que, desta vez as cerimónias, por razões relacionadas com o Covid-19, iriam ser, uma parte transmitidas através de plataformas *online* na comunicação social e que, contudo, iria haver um momento presencial nestas cerimónias, que tinha sido concertado com a Comissão Permanente, e esse momento presencial seria o içar das bandeiras, ao qual seguiu, o Presidente da Câmara naquilo que foi a abordagem ao programa das comemorações do 25 de Abril, e que tinha sido solicitada a colaboração e a presença do município numa homenagem que antigos autarcas de freguesia do concelho do Fundão, pretendiam fazer de forma simbólica e singela no dia vinte e cinco de abril, ao Ex-presidente da Câmara Sampaio Lopes, e que o Presidente da Câmara solicitou que depois do içar das bandeiras e do hino nacional, que a delegação se deslocasse ao Salão Nobre, acompanhando essa homenagem que tinha sido concertada com a Assembleia Municipal, e que, portanto, deveriam todos estar presentes no Salão Nobre nessa sessão, que de resto, correu, tal como foi referido, com um número reduzido de vinte e seis pessoas que claramente cumpre com todas as normas da Direção-Geral de Saúde, como ela decorreu. O Presidente da Câmara referiu também, e pediu que esta informação, e, sobretudo, a participação de todos, para que pudessem estar nesse dia presencialmente, agradecendo que confirmassem, por *email* ou mensagem, a sua presença, e foi assim que decorreu a reunião de câmara do dia dezasseis de abril, ao que a Senhora Vereadora Joana Bento, usando da palavra, e tal como, já hoje aqui referiu, que não poderia estar presente nessas comemorações do 25 de Abril porque estaria ausente na Bélgica por razões pessoais e, portanto, aquilo que eu queria dizer, é que é falso, que não tenha sido envolvida a Vereadora como o Vereador Sérgio Mendes e todos foram envolvidos exatamente nos mesmos termos e, portanto, sinto-me lesado com as afirmações que foram feitas pela Senhora Vereadora que mancharam o nome deste município e, sobretudo, dos pergaminhos democráticos deste município, e deixo bem gravado na ata desta reunião de câmara um voto de condenação absoluto àquilo que foi a política da mentira, da insinuação e da agressão aos órgãos municipais e, por isso, queria que ficasse muito claro esse voto de protesto que aqui hoje deixo, exigindo, como é evidente, perante a gravidade das



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

afirmações que foram feitas, que este órgão do município mereça rapidamente um pedido de desculpas, perante aquilo que foi dito”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Iniciou a sua intervenção deste modo: “Senhor Presidente, muito obrigada pelo uso da palavra. O Senhor Vice-presidente tirou notas, eu também, aliás vocês já me conhecem há algum tempo, tiro sempre notas, e está aqui a sequência toda daquilo que foram as declarações do Senhor Presidente de Câmara a falar com detalhe das comemorações. Dividiu, de facto, a questão presencial, o hino e o içar das bandeiras às dez da manhã, é o que eu tenho aqui por tópicos, que seria presencial, dizendo que subiríamos ao primeiro andar, isso ficou claro e evidente, falou também da questão da homenagem. Tudo certo. Isto foi no dia dezasseis de abril, e nesse dia, como referi, e porque percebo perfeitamente que tenha que haver normas, e é bom que as haja para a participação dos eventos, o Senhor Presidente pergunta pela disponibilidade ou quem irá comparecer, e eu referi, não tenho a certeza se provavelmente ia ausentar-me, até porque o funeral seria no sábado, dia vinte e quatro, e isto foi no dia dezasseis, foi mesmo ali quase com menos de oito horas de saber da notícia do falecimento do meu tio e, portanto, as coisas estavam nessa incerteza para mim, mas quis dizer-vos a todos que, se faltasse às comemorações do 25 de Abril, como o Senhor Presidente tinha falado, seria única e exclusivamente por esse motivo, isto no dia dezasseis. O Senhor Vice-presidente tinha várias questões a fazer, por que razão é que estavam todos os membros, porquê é que estava a Câmara e a Assembleia Municipal, e eu também queria deixar algumas questões. Se ninguém se lembrou, muito bem, a Senhora Vereadora até podia ter faltado e é isso que eu digo na minha nota e na minha carta aberta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é que se não olharam para cima dos vossos ombros e perceberam que faltava lá o Vereador Prof. Sérgio, porque em todas as comunicações que foram feitas ao longo destes dias todos os órgãos se esqueceram de referir que os eleitos do Partido Socialista do Fundão na Câmara Municipal, não é uma pessoa, são duas pessoas e têm nome, é a Vereadora Joana Bento e o Vereador Sérgio Mendes, mas toda a gente quis esquecer-se, claro, desse facto, porque convém, mas é bom lembrar que há outro vereador do Partido Socialista no executivo e era essa a questão que eu queria fazer, se ninguém olhou para cima do seu ombro e percebeu isso e, se ninguém do executivo leu, e eu tive a oportunidade de ligar ao Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e cinco de abril às onze da manhã, a questioná-lo, porque ele também o podia ter dito, estava à vontade, não havia segredo de estado, mas liguei ao Senhor Presidente às onze de manhã, a questioná-lo da situação que tinha acabado de assistir. Vou encaminhar o *email* para o apoio à autarquia, que quero que fique anexo à ata, e que vou ler, porquê é que eu quero que fique em ata, porque é um *email* posterior àquilo que foi a



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

informação do Presidente de Câmara, que eu respeito, mas que não tem, nestas circunstâncias do 25 de Abril, o título de organização, porque no dia vinte e um de abril às dez da manhã, em data posterior ao dia dezasseis, a Assembleia Municipal do Fundão mandou para a Presidência da Câmara, Vice-presidente da Câmara, Senhora Vereadora Ana Paula Duarte, Vereadora Alcina, Vereadora Joana Bento, Vereador Sérgio Mendes e Vereador Pedro Neto, o seguinte email que vou citar: **Exmo. (ª) Senhor (ª):** *Dado que nos encontramos ainda em estado de Emergência, decretado pelo Senhor Presidente da República, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal do Fundão, deliberou por unanimidade, adaptar a celebração das comemorações do “25 de Abril” às circunstâncias do momento. Para evocar a data, teremos pelas 10 horas, o toque do Hino Nacional e o içar da Bandeira, no exterior dos Paços do Concelho do Fundão, ocorrendo de seguida as intervenções dos representantes dos Grupos Municipais do BLOCO DE ESQUERDA, da CDU, do PS, do PSD, do Presidente da Câmara e para finalizar, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Fundão, que serão transmitidas online, nos sites da Câmara Municipal do Fundão, da Assembleia Municipal, nas Redes Sociais nomeadamente na página Facebook (<https://www.facebook.com/MunicipiodoFundao>) e na Comunicação Social (<https://www.facebook.com/jornaldofundao>) e (<https://www.facebook.com/R%C3%A1dio-Cova-da-Beira-176552022374368>). Assim, vimos convidar V. Ex^ª, a assistir a este evento evocativo do 47º Aniversário do “25 de abril”, nas plataformas acima indicadas. Com os melhores cumprimentos. A Mesa da Assembleia. Perante este email, que era as comunicações que os vereadores receberam por parte da Assembleia Municipal, é sempre feita por email, é muito raro receber uma carta escrita, por exemplo, só uma ou outra circunstância de envio de correio, mas as comunicações normais são feitas por esta via, e perante as plataformas acima indicadas, havendo a reunião do dia dezasseis, e esta aconteceu no dia vinte e um, e sendo a Assembleia Municipal a organizadora das cerimónias, como é que se faz. Aliás, este email foi enviado nos exatos termos, com algumas diferenças, nomeadamente nos destinatários, para todos os membros da Assembleia Municipal com elevado teor, a assistir nas plataformas acima indicadas. Não acham estranho, que se fosse possível estarmos todos os deputados, como era no exterior, se assim fosse por alguma razão, não foi estranho não estarem lá os deputados todos, da Assembleia Municipal no exterior, já que não havia problema por ser no exterior. Todos os deputados acataram, ficando os representantes dos partidos na Comissão Permanente em representação dos grupos, e nós os vereadores. Perante isto, tivemos que aceitar o que nos foi dito pela entidade organizadora. É óbvio que o Senhor Presidente da Câmara partilhou aquilo que foi as comemorações, aliás tudo o que se passa em termos de atividades é partilhado no*



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

início da reunião, isso não é nada de novo, mas, neste caso, quem é a entidade que diz como e deve fazer um protocolo é a Assembleia Municipal, porque eu não esperava, nem espero, o convite do Presidente da Câmara para estar presente nas comemorações do 25 de Abril, espero do Senhor Presidente da Câmara outro tipo de convites, para as cerimónias do 25 de Abril e as suas comemorações, nunca tal tinha acontecido e, portanto, aquilo que foi o cumprimento estrito daquilo que nos foi feito e dito, foi deste *email* e o espanto, é que se fosse só possível assistir, porque nisso o município entra em contradição, porque nós sabemos que não podíamos limitar, imagine que um transeunte passa e quer assistir, nós não vamos dizer ao senhor para se ir embora, mas os vereadores receberam este *email* e é este *email* que conta. Os vereadores, não só do Partido Socialista, todos os vereadores, incluindo a presidência e a vice-presidência tivemos que acatar isto, ou acham que não devíamos ter acatado e cumprido. Nós achámos que sim, porque é a Assembleia Municipal a dizer-lo, porque é a entidade organizadora do evento a fazê-lo. Não acharam estranho, não estarem lá os vereadores do Partido Socialista, pelo menos um, que é isso que eu digo na minha nota, na minha carta aberta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não acharam estranho não estar pelo menos um vereador. Porquê é que não estava um vereador do Partido Socialista. Porque nós fomos no dia vinte e um convidados a assistir nas plataformas digitais e isto foi enviado para todos vós, para todos nós, e isso é que é importante dizer e eu irei enviar isto para que conste, e foi na sequência deste *email* e no cumprimento daquilo que foi dito, que nós não comparecemos, ou acham, e desculpem-me a expressão, que nós somos tolos, a ser permitido estar nas comemorações do 25 de Abril, não estaríamos, para depois em seguida, irmos prestar homenagem a um autarca socialista, mas alguém acha que isso era possível?”

Neste momento o Senhor Vice-presidente interveio para responder à pergunta da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

O Senhor Presidente disse que iria ouvir os restantes vereadores porque supôs que a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento tinha terminado a sua intervenção.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio para dizer que não tinha interrompido o Senhor Vice-presidente durante a sua intervenção.

O Senhor Vice-presidente disse que a Senhora Vereadora tinha feito uma pergunta e que ele queria responder

O Senhor Presidente interveio para perguntar à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento se afinal não tinha feito uma pergunta diretamente ao Senhor Vice-presidente e reiterou que queria ouvir a opinião dos restantes vereadores sobre o assunto em causa.



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento usou da palavra e disse que não tinha terminado a sua intervenção e que tinha sido interrompida “mas enfim, os atropelos, já percebemos e, portanto, nós nunca iríamos, com certeza, se não tivéssemos recebido este *email*, e foi isso que eu disse, pelo menos um vereador do Partido Socialista, tinha que estar naquela sala. Tinha que estar naquela sala, a homenagear, e eu não admito, que achem que os vereadores faltaram a uma homenagem ao Doutor e Presidente de Câmara Sampaio Lopes, porque isso é que é ofensivo. Porque é um dos nossos, é Presidente e foi Presidente deste município, e não tínhamos nada, zero, para estar ausentes, se não fosse por uma razão de extrema importância, aquela que eu vos mencionei de coração aberto, mas eu garanto-vos, posso estar num estado de alma totalmente conturbado, que da minha parte, Senhor Presidente, alguma questão mais pessoal, eu jamais partilharei convosco. Porque há uma tentativa de usar essa questão, podem-na usar à vontade, estão mesmo à vontade, mas da minha parte, estados de alma no final da reunião, brincadeiras, conversas, comentários políticos, comentários sobre eleições de reitores e outros tipos de partilhas, não vai haver seguramente. Porque, lealdade era até ao fim, e a minha, há de se manter, mas nos meus moldes”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente.

Fez a sua intervenção nestes termos: “aquilo que nós assistimos foi uma espécie de exercício de contorcionismo, dando a ideia que, eu sei dançar muito bem, o chão é que está torto e que, de facto, como se confirmou, por aquilo que foi aqui dito, todos tivemos acesso à mesma informação e uns quiseram estar e outros não quiseram, designadamente, numa homenagem que foi organizada pela Comissão dos Antigos Autarcas de Freguesia, para o qual foi estendido, pela voz do Presidente da Câmara, um convite a estarmos presentes e, também à Assembleia Municipal que também esteve presente. Por isso, a grande interrogação que se coloca, é saber exatamente, porque razão é que a Vereadora Joana Bento esteve à janela e não esteve nas comemorações, como estiveram todos os membros e representantes das bancadas, da CDU, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista, da Câmara, todos estiveram presentes, e a Senhora Vereadora é a única pessoa, partilhando porventura com o Vereador Sérgio Mendes que ainda não o referiu, é a única que não conseguiu entender da mesma maneira, que todos os outros, ainda mais, quando ficou claríssimo, porque foi dito por si, foi repetido, eu já o tinha dito, foi dito inicialmente pelo Presidente da Câmara, que ficou claro que havia dois momentos e que iriam respeitar integralmente as regras da Direção-Geral de Saúde. Um momento seria presencial, e um outro momento transmitido *online*, para além disso, ainda foi referido também nestas comunicações, que haveria um momento cultural e que também carecia de confirmação porque seria na Moagem, dada a lotação do espaço, e, portanto, aquilo que acabou de fazer, é



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

um exercício de contorcionismo e que em nada retira a vergonha que foi a mensagem que dirigiu ao Presidente da Assembleia Municipal mas, sobretudo, que pôs em causa que a democracia e que as comemorações do 25 de Abril no Fundão se fazem através de uma lente laranja, ou seja, manchou estas comemorações e, por isso, reafirmo aqui o meu voto de protesto e de repúdio total, até pela forma como tentou justificar o injustificável, aquilo que foi, claramente, um arranque com o pé esquerdo numa campanha eleitoral, que tudo promete para não estar à altura daquilo que os fundanenses merecem”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, que referiu: “gosto de ver as coisas de uma forma mais ponderada e sinceramente. Das duas uma. Sei o que vou dizer da forma que estou a dizer, ou é má-fé, ou há aqui um grave problema de comunicação. Não acredito na má-fé das pessoas, agora, para mim há um claro problema de comunicação e quem organiza o primeiro momento, não tenho dúvidas nenhuma que é a Assembleia Municipal e o que eu recebo no *email*, é claro, e é posterior à comunicação do Senhor Presidente de Câmara, mas também aqui é referido, que o segundo momento, portanto, e a autarquia, e bem, deu um importante auxílio, mas é feito também em coordenação com a Assembleia Municipal e se a autarquia não tem condições para receber uma reunião de câmara pública, onde estão sete, oito ou dez pessoas, acho estranho como é que consegue ter a capacidade de organizar um evento onde cabem vinte pessoas, e a leitura que eu faço é, todas as reuniões de câmara têm sido em videoconferência, eu recebo em data posterior uma indicação para assistir *online*, portanto, a leitura que eu faço é, se todas as reuniões têm sido nestes moldes, partindo do princípio que o segundo momento é organizado também, com a colaboração da Assembleia Municipal, embora não seja organizado pela Assembleia Municipal, portanto, parto do princípio que é para não estar presente, porque é o que lá está escrito e é claro. Por isso, aceito que tenha havido má comunicação entre todos os intervenientes e quando estou a dizer todos, estou a incluir executivo, estou a incluir Assembleia Municipal, estou a incluir todos os elementos da vereação, porque a mensagem não passou para todos, e tanto não passou, que eu volto a questão ao contrário. Tirando os deputados que iriam discursar ou os representantes dos partidos, quantos deputados da Assembleia Municipal estavam lá presentes, se o convite é da mesma forma, portanto, à partida têm que lá estar outros elementos e não estavam, talvez, um, dois, por aqui, prefiro não adiantar mais, acho que é um assunto, que na minha opinião, não temos que andar aqui a discutir mais, passou-se, o que se passou foi lamentável de qualquer das partes, e para mim é seguir em frente”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Duarte. “Só queria dizer, que quando o Vereador Sérgio e a Vereadora Joana, dizem que é claro o que está no *email*, não me passa



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

pela cabeça por em causa a interpretação da Vereadora Joana, porque ela é jurista, eu não sou, infelizmente, portanto, não tenho, com certeza, a capacidade de interpretar o que está escrito, mas a minha interpretação foi muito clara. Havia um momento, em que realmente havia os discursos e que era em videoconferência, mas havia um momento, e eu tirei essa interpretação do *email*, havia um momento em que era na rua e que podia ser presencial, e quem queria ir comemorar o 25 de Abril, poderia lá ir e estavam lá outros deputados, que não só os que foram discursar. Confesso, estranhei a ausência do Sérgio, não da Joana porque ela já tinha dito e eu fiz essa interpretação, portanto, não é assim tão claro, como estão aqui a tentar dizer. Claro que eu, como digo, não vou sequer dizer que a minha é que é a certa, mas essa foi a minha interpretação, que poderia haver um momento, em que poderíamos estar presencialmente e que depois haveria o resto da cerimónia em videoconferência. Quanto à outra cerimónia, penso que quem estava ali acabou por ir, acho que foi mais ao menos assim que funcionou, mas quem estava, estava dentro das regras, como se pode ver nas fotografias que foram disponibilizadas e havia ainda lugares vagos”.

O Senhor Presidente interveio para “dizer duas ou três coisas sobre este assunto e vou tentar sempre ser, no meu tom sereno. A primeira, foi pena, que perante aquilo que foi uma explicação, absolutamente inequívoca, bastante colaborativa e cooperante com todos, procurando facilitar a vida a todos os Senhores Vereadores, naquilo que são as suas disponibilidades, e não faço juízo de disponibilidades, porque todos temos vida profissional, vida familiar e, como tal, era só o que mais faltava, fazer juízos de valor relativamente às disponibilidades, mais ainda num caso concreto, em que a situação até era, de facto, bastante triste, ao qual a câmara e, nomeadamente, eu, mas em nome de todos, também demos os sentimentos como é normal, e tem sido o ambiente absolutamente normal, que tem acontecido nas nossas reuniões de câmara e acho que aqui, não há absolutamente ninguém que consiga ter uma interpretação diferente daquilo que estou aqui a partilhar entre todos, mas isso é absolutamente inequívoco que havia dois momentos. Havia, de facto, um momento que foi concertado com a Assembleia Municipal relativamente à sua organização, que tinha um momento presencial, que expliquei, que era às dez da manhã e havia um momento que se seguiria, que foram os discursos pré-gravados, alguns durante a semana, alguns até com a utilização do próprio Salão Nobre, ficou aberto para qualquer um dos senhores deputados municipais que o quisessem utilizar, alguns utilizaram, outros não o fizeram, em liberdade aquilo que foram os seus posicionamentos e reflexões sobre o 25 de Abril nas diferentes escalas e sensibilidades, e aconteceu muito bem, a partir das dez horas e três minutos da manhã, nas plataformas. Foi partilhado o *email* que a Senhora Vereadora Ana Paula referiu e a Senhora





30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Vereadora Joana, aqui nos leu, de facto, o *email* também refere, até distingue, aquilo que é o ato do hastear da bandeira na Praça do Município, daquilo que é a outra parte a seguir, que é a de partilha nas redes sociais das intervenções políticas pré-gravadas, o próprio *email* faz essa destrição, mas se houvesse dúvidas, é evidente que a combinação, da forma, e eu até posso ter um problema que geralmente é ser muito exaustivo mas não sou lacónico e não fui lacónico relativamente a esta questão, fui até bastante preciso, porque exatamente por perceber que há momentos presenciais, não presenciais e até a possibilidade de um momento, que não está nas comemorações oficiais mas que eu considere, pela sensibilidade que acarreta, que deveria abrir o Salão Nobre para os ex-autarcas irem depositar uns cravos junto à fotografia do Presidente Sampaio Lopes, volto a dizer, pela sensibilidade que acarreta, mesmo que fora do contexto das comemorações oficiais, acho que tenho também muitas vezes obrigação de procurar interpretar aquilo que é o sentido e o sentimento geral, daquilo que é o meu município, as instituições, os representantes de instituições ou ex-representantes de instituições. Isto não é arrogância, isto é com humildade que o digo, tenho essa obrigação de procurar interpretar esse sentido, e nessa interpretação considere que era relevante, simbolicamente de catarse em termos do que é até, a tristeza que todos temos, relativamente ao facto ainda muito recente, ainda muito a quente que também referi, e referi sempre que, de facto, estamos muito a quente, mas que o ato, e a forma como se iria explanar e expressar, achei-o tão bonito e relevante, que abrimos essa exceção do Salão Nobre se abrir fora dos atos oficiais do 25 de Abril, mas diria quase impossível de não relacionar, tendo em vista que, se às dez da manhã havia o içar das bandeiras, às dez horas e três minutos começavam os discursos *online*, às dez horas e quatro minutos estaríamos no Salão Nobre a depositar, quem quisesse, um cravo e, para além dos ex-autarcas que aqui estiveram, também alguns de nós lá depositámos o cravo em homenagem, bastante sensibilizados com o ato e o momento. Esta questão que aqui se coloca, às vezes, há aquele princípio de Murphy ou princípio Peter que é, às vezes as coisas são mais simples, às vezes nós não temos naquele momento, ou uma disponibilidade, ou naquela interpretação que fizemos, não tivemos em conta todas as possibilidades, até imagino, e até vou dizer uma coisa, acredito que o Senhor Vereador Sérgio era o único que, supostamente, estaria disponível para poder estar, até quando recebeu esse *email*, tal como a Vereadora Ana Paula, possa ter achado que não era assim, mesmo que até noventa e nove por cento das outras pessoas, possam ter achado que era de outra maneira, mas é legítimo e não é nada do outro mundo e não diminui o Vereador Sérgio, nem o torna, digamos, um contra a corrente do processo, acontece que possa ter uma outra interpretação, mas também acontece que quando vejo essa interpretação com a combinação da informação não lacónica, volto a dizer que referi anteriormente aquilo que a partir daí aconteceu, parece-me



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

extraordinariamente excessivo, em muitos aspetos, desadequado na forma e, eventualmente, até muito violento no conteúdo, porque há estas contingências, até se não tivesse havido nenhuma comunicação, se não tivéssemos falado disto, três ou quatro dias antes, e não tivesse tudo sido explicitado, mesmo sem isso, acharia na mesma, que a questão foi desproporcionada e em muitos aspetos contrariando muito aquilo que é o tom, digamos, muitas vezes normal, daquilo que é a pluralidade de opiniões, mas se somar então uma coisa à outra, alguma coisa aqui não correu efetivamente bem, e vai desculpar-me Senhor Vereador Sérgio, vai desculpar-me a Senhora Vereadora Joana, mas eu não creio que possa ser imputado em nada, mas mesmo em nada, àquilo que foi a boa-fé dos órgãos, e muito menos àquilo que possa ter sido a boa-fé e a total vontade de que as coisas corresse bem, e foi expressado da forma mais clara possível que tive relativamente àquilo que eram as diferentes organizações, de certa forma, até porque havia aqui dois eventos. Os eventos eram todos muito simples, quem pôde estar sabe o que aconteceu em termos do ato de içar as bandeiras, e sabe que demorou pouco mais de dez minutos a entrega dos cravos, cumprindo as regras estabelecidas, pedi para que se preparasse a sala, pelo menos para trinta pessoas, e estávamos a falar de um período muito breve, em que o ato iria decorrer. A questão que acho que falhou aqui chama-se ponderação, em alguns aspetos, bom senso e também uma coisa que me incomodou, quando temos uma dúvida, mesmo que sejamos os únicos, eventualmente, a tê-la, porquê não perguntar. Tendo havido uma reunião de câmara tão breve, em que tudo foi tão explicitado, havendo alguma dúvida sobre o *email*, obviamente que há interpretações diferentes, até pela forma como o *email*, para uns é mais claro, para outros não tanto, essa questão, de facto, também não a entendo. Houve aqui qualquer coisa diferente relativamente àquilo que tem sido a prática e isso também me incomoda, não tanto com aquilo que vou dizer a seguir, mas antes também, dar só uma pequena explicação. Quando estive numa reunião com a Comissão Permanente introduzi, de facto, o tema dessa homenagem que foi organizada pelos antigos autarcas mas sempre com a nossa colaboração, neste caso do órgão Câmara Municipal, nada tem a ver com o órgão Assembleia Municipal, que fique claro, e o que coloquei, depois de perguntar aos antigos autarcas na reunião que tinha tido com eles, é que dado que eles queriam fazer no 25 de Abril, e que havia esta questão das comemorações, o que é que eles achavam de poder estender-se o convite à Assembleia Municipal, relativamente à possibilidade de poderem estar nesse momento, e o que foi referido, dadas as contingências que havia, estarem os líderes de bancada dos diferentes partidos. E perfeito, essa abordagem foi muito correta, e não impediu, creio eu, que houvesse a participação de todos aqueles que tiveram essa disponibilidade e que puderam estar nessa segunda parte, que durou cerca de dez minutos e onde terei feito a intervenção mais curta que me lembro, exatamente no sentido de ir



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

sempre ao encontro daquilo que são as condições das circunstâncias que vivemos, em termos de pandemia. Por isso, acho que esta questão mereceria com a ponderação e humildade que também diz respeito a sermos fundanenses, mereceria, eventualmente mais a frio, provavelmente, um reponderar dessa questão, mas há aqui, uma terceira vertente, que já quando falei das atas queria aqui de alguma forma sublinhar, que é uma total linha vermelha daquilo que é o meu entendimento, daquilo que é a democracia e a relação entre todos os eleitos e todas as forças políticas ou partidárias, e não vou fazer juízos de verdade, porque as questões aqui, no meu entender, são muito claras e não caberá, depois da clareza com que aqui a câmara as coloca, não caberá a nós fazer esse juízo com os dados todos, e perante o que aconteceu, se a proporcionalidade das coisas que aconteceram e, parto do pressuposto que estavam todos de boa-fé, se essa proporcionalidade é, de facto, adequada e ajustada àquilo que realmente foram os factos em si, mas há uma questão que eu não posso deixar de passar, e tenho aqui que a referir, a cultura do ódio, é algo tremendamente complexo nos dias de hoje, sobretudo, quando olhamos para as instituições, quando olhamos para o funcionamento das instituições, quando olhamos para o nosso País, quando olhamos para o funcionamento dos subsistemas, todos nós, quando olhamos para a apreciação do cidadão relativamente à política e aos políticos, é algo que sentimos, e infelizmente, as redes sociais transformaram-se numa grande destilaria de ódio, de preconceito e de intolerância que às vezes, pelo menos a mim, e estou certo que a todos os que estamos aqui nos incomoda e muito essa cultura do ódio, procuramos sempre evitá-la, tentando não extremar as posições, não criar muitas vezes, aquilo que é um conduzir ou uma espécie de manipular para um extremo, isso é muito complexo, e não está em causa, se o conseguimos ou não fazer, está em causa que o devemos seguramente evitar, e fiquei profundamente chocado, por ter sido alertado, seguramente não me aperceberia por mim relativamente a estar muito dentro dessas questões das redes sociais, mas fiquei extremamente chocado quando me apercebi que poderá ter havido membros eleitos destes nossos órgãos que, perante expressões como, e vou referi-lo *esses pulhas*, participaram no sentido de encorajar o que nas redes sociais pode ter um formato tão simples, como pôr um clique num *gosto* ou como se chame a encorajar este tipo de expressões. Isso é uma linha vermelha que, obviamente, tem a ver com a esfera privada e individual de cada um, e não misturo aquilo que é a nossa vida pública de autarcas locais com aquilo que é a vida privada e o contexto do *Facebook*, no meu entender, é muito privado, mas como sabem, tem expressão pública, sobretudo, quando somos também ao nosso nível pequenas figuras públicas, pelo menos na nossa comunidade, isso é muito mau, magoa-me profundamente e poderá também ter magoado profundamente alguns dos vereadores aqui presentes, e já sabemos que as coisas nunca são dirigidas a ninguém, mas quando se fala desses



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

pulhas, eu deduzi que estaríamos a falar das tais formas de entender isto a duas cores, ou num certo maniqueísmo, que é os bons e os maus, e isso, é meio caminho andado para a intolerância, para o preconceito, e para não expressar já agora numa palavra também, acho que de inspiração para todos, para seguirmos eventualmente aquilo que foi, talvez um dos melhores discursos da nossa democracia, que foi o do Presidente da República ainda não há muito tempo no âmbito do 25 de Abril, onde, de forma tão inteligente e aguda, lá foi explicando que, a vida, a história, é mais complexa, não é só de vencidos ou vencedores, não é só de brancos ou pretos, não é só de colónias ou soldados, era bastante mais complexa e, de facto, num momento raro da nossa democracia, todos do hemisfério se puseram em pé, e eu diria, que acho que Portugal de uma forma, diria, quase unânime, também se pôs em pé nesse mesmo momento, isso é, talvez a parte, com a outra questão que teve a ver com este momento mais delicado destes antigos autarcas, que se juntaram de forma bastante pró-ativa e sensível para fazer essa homenagem, que me custou muito, ver arrastados para estas pequenas espumas do dia, que mais não são do que pequenas espumas do dia, mas que no momento também os possa ter magoado. Recebi hoje uma carta desses organizadores, foi-me entregue no meu gabinete também aqui a vou ler, porque acho que tudo isto merece que possa incorporar-se numa aprendizagem que todos temos, mas que por vezes temos que ter a humildade de dizer que errámos e passo a citar: Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, Dr. Paulo Fernandes. A Comissão dos Antigos Autarcas de Freguesia vem, pelo presente, agradecer reconhecidamente a V.Ex^a, todo o empenho, apoio e disponibilidade dispensada na organização e concretização da cerimónia singela e sentida, por nós promovida no dia 25 de Abril p.p. em memória do recentemente falecido ex-Presidente Dr. Sampaio Lopes. Consideramos a participação e o envolvimento de V.Ex^a, de uma cortesia, atenção e postura inatacáveis! Queira V. Exa, considerar esta nossa expressão de gratidão em jeito de louvor extensiva à Dr.^a Ana Bela enquanto Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência que nos dispensou a sua habitual simpatia, disponibilidade e profissionalismo inesquecíveis. – Confirmou-se com o contributo de V.Ex^a, o objetivo de e a nossa intenção isenta de todas e quaisquer pressões de natureza pessoais ou partidárias realçando com isso, o carácter superior da ilustre figura do homenageado, a quem as Freguesias do concelho do Fundão muito devem. Entendemos mesmo, que a melhor maneira de defender o seu legado é colocar de lado as questiúnculas e trincas inúteis e estéreis, porque todos somos poucos na defesa e desenvolvimento do nosso Concelho. Repor a verdade acima de tudo é, também, nosso dever ao afirmar que esta singela cerimónia nada teve que ver com as comemorações do “25 de Abril” promovidas pelo Município do Fundão, nem tão pouco com a Sessão Solene Comemorativa da Assembleia



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Municipal. Razão sobeja para, numa época plena de simbolismo autárquico, apelar desde já, à consciência cívica de todos os munícipes, para que vigore o bom exemplo do ativo cidadão e autêntico democrata Dr. José Sampaio Lopes. Queira V. Ex^a aceitar os nossos mais respeitosos cumprimentos, Fundão, 30 de Abril de 2021. Li esta carta que me foi dirigida, leio-a no órgão próprio, porque considero que as circunstâncias que aqui foram levantadas, também podem seguramente ter magoado a sensibilidade destas pessoas da comissão que, eventualmente, muito terão estranhado reações tão diferentes, e às vezes até, contraditórias, que aqui aconteceram. Ainda há pouco estava a ver aqui também um comunicado que foi publicitado, pelo menos parcialmente, numa rádio, e se não corresponde em tudo àquilo, que possa ter sido dito, deixo já a minha disponibilidade para, como sempre, fazer alguma alteração do sentido do que vou dizer, mas não percebo mesmo, porquê é que depois do que aqui estamos a dizer e até depois do que ouvi a todos os vereadores, relativamente a esta circunstância nos diferentes tipos de eventos, aparecer como justificação aos dois vereadores, Sérgio Mendes e Joana Bento, não estarem no momento, vamos chamar da evocação do Dr. Sampaio Lopes, não terem estado de forma, vamos chamar, objetiva e premeditada, por questões de saúde pública. Isso é algo que me espanta muito e que não acho que ajude àquilo que é, de facto, a lealdade institucional entre todos, não ajuda muito, mas ultrapassámos, porque o sentido democrata e o sentido institucional impera sempre, e vamos, obviamente, ultrapassar estas questões, espero que não se repitam, das quais tiramos ilações que não vão no sentido de nos fecharmos no afeto, nos fecharmos na cordialidade, mas vão exatamente no sentido contrário, de continuar a ser, enquanto Presidente, afetuoso, cordial e colaborativo com todos, procurando respeitar aquilo que é a perceção de cada um, o sentimento que cada um tem, os argumentos que têm, mas sempre defendendo os pontos de vista daquilo que é a abordagem que desenvolvemos, sobretudo dos vereadores que estão a tempo inteiro, seguramente, aqueles que estão permanentemente ao serviço dos fundanenses mas que, também incluem toda a sensibilidade e toda a perceção dos diferentes projetos políticos que foram sufragados, que têm nos outros três vereadores que não estão a tempo inteiro, rostos que eu tenho respeitado, ouvido, e várias vezes até, alterado aquilo que é um sentido de um determinado momento, incorporando aquilo que eu considero sempre útil e complementar, que possa ser uma ação, um projeto, uma ideia que possa vir de qualquer vereador, independentemente de estar a tempo inteiro ou não, independentemente de estar mais próximo ou menos próximo dos projetos políticos que foram sufragados e onde, obviamente, eu liderei um deles. Por isso, termino com este apelo, de ultrapassado este episódio, com aquilo que espero que vá acontecer nos próximos dias, que é uma reposição com os factos de um estado de normalidade que aqui sempre imperou, e que em



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

nada, me parece que possa ter havido aqui má-fé institucional de qualquer órgão, que fique claro, qualquer órgão teve aqui má-fé institucional, é a minha convicção profusíssima e hoje, depois de vos ouvir a todos, mais convicto fiquei sobre isso e, nesse sentido, esperar que continuemos no tom correto, obviamente, sem nunca abdicarmos das nossas convicções, das nossas formas de nos expressar e, como já disse, essa linha vermelha que eu senti que aqui se atravessou e que muito me magoou, que é a linha de incentivo ao ódio, que é uma coisa tremenda e que espero, sinceramente, não voltar a perceber enquanto autarca no meu concelho”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Só uma questão, e é muito simples, porque ela ocorreu depois da minha intervenção inicial sobre o assunto particular da homenagem ao Dr. Sampaio Lopes. O Senhor Vice-presidente reiterou que eu não quis estar, e quero condenar e repudiar essa afirmação, era isso que eu pedia para que constasse em ata, porque, parece que ficou cabalmente esclarecido o porque de não estarmos presentes. Eu expliquei, até usei uma frase, porque não era normal entenderem isso, quer dizer, era pouco provável que em circunstâncias normais nós não estivéssemos, pelo menos um vereador estivesse, e condeno, por isso, a intenção inequívoca de querer, e essa sim, premeditada, de querer fazer passar aqui nesta reunião, perante os nossos concidadãos, essa ideia falsa de que eu não quis estar na homenagem, e isso é, profundamente falso e, portanto, condeno e repúdio essa afirmação”.

O Senhor Presidente voltou a intervir. “Senhora Vereadora. Ouvi a sua resposta antes de poder também passar para as naturais réplicas democráticas que acontecem sempre nas nossas sessões. Só alertar para um assunto, não sei se me ouviu, mas eu próprio também sinto algum paradoxo naquilo que é neste momento a sua posição, que respeito e acredito, quero mesmo acreditar profundamente que assim o seja, e que seja realmente aquilo que está a falar, mas deixe-me alerta-la para algo que acabei de ler há muito poucos minutos, que acabei de me aperceber que, relativamente a pessoas, pareceu-me, de pessoas conectadas com o Partido Socialista do Fundão, posso estar enganado mas foi assim que me pareceu, referiram que os senhores dois vereadores não estiveram presentes nesse ato em concreto por questões sanitárias e volto a dizer, que posso estar a ler parcialmente só a informação, estou a ler uma página que eventualmente não tem o conteúdo total da intervenção e sublinho que, se nesse conteúdo total algo contrariar isto, serei o primeiro a repor e que fique em ata, que reporei até em própria ata, porque odeio, e não alimento este tipo de coisas, mas acabei de ler”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio para referir: “Senhor Presidente, então se me permite, só uma nota, para ver se ficamos esclarecidos os dois, pelo menos os dois, os dois, e



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

claro, que esta reunião é pública, e isso, enfim, não vou dizer para ficar em *off*, aliás isto não é nada habitual em mim, mas, alguma vez o poderei fazer, mas não vejo como. Deixe-me dizer-lhe o seguinte. Comentários sobre comunicados de forças político partidárias não vou fazer, como poderia aqui nesta reunião falar de discurso de ódio, poderia aqui alongar-me e até juntar-me à sua reflexão sobre o que são redes sociais, formas de fazer política, garanto-lhe, Senhor Presidente, que teria muito a dizer sobre isso desde dois mil e dezassete até agora, a política é uma escola, e nós podemos retirar os bons e os maus exemplos, e eu, seguramente, tenho muitos bons exemplos a tirar e já publicamente os referi, muitos bons exemplos do Senhor Presidente, tenho alguns a mencionar, como não tenho, são questões de estilo, e podia-me alongar naquilo que é o discurso de ódio, a questão e a forma de fazer política no Fundão. Poderia, mas parece-me que o órgão câmara, não é o sítio para o fazer, e o sítio para o fazer e aquilo que eu pretendo fazer é o seguinte, e com certeza irá perceber e vou ter que me repetir. Perante uma informação posterior, não me passa pela cabeça, e não nos passou pela cabeça, que uma informação que nos foi veiculada por *email*, não fosse concertada com vossa excelência, isto é, que os órgãos independentemente dos dois momentos, ou seja, a Assembleia Municipal organizou o 25 de Abril, acho que isso ficou esclarecido, para o segundo momento, não me passaria pela cabeça que houvesse uma má articulação entre a Câmara e a Comissão Permanente, perante o *email*, que é posterior à sua intervenção na reunião de câmara de sexta-feira, dia dezasseis, ter um contexto a dizer-me, assistam a tudo nas plataformas acima indicadas. Repare, em último caso, nós teríamos o seguinte, eu vinha do meu domicílio, vinha assistir ao hino e ao hastear da bandeira e no momento a seguir, ia para casa assistir ao discurso do rei. Era isso que me estavam a pedir. Pergunto. Fazer segundos momentos. Pergunto. E portanto, perante este *email*, entendemos que por razões que vossas excelências determinaram, isto é, em articulação Câmara e Comissão Permanente, que as cerimónias iriam decorrer *online*. Não é a primeira vez que fazemos o 25 de Abril *online*, e pela mesma razão, porque só uma razão de ordem de saúde pública nos impediria de estar presentes, como aconteceu o ano passado, nós entendemos que essa era a medida que nós devíamos usar, que não havia acesso pela mesma razão, porque a nossa informação, era aquela que o Senhor Presidente deu no dia dezasseis, e o *email* do dia vinte e um, exatamente aquilo que cita do comunicado de uma força política, aquilo que validou ou não a nossa presença, foi o *email* de dia vinte e um, porque eu não quero conceber, e não queremos conceber, que não haja uma coordenação entre a mesa da Assembleia e a Câmara Municipal, mas se não há essa coordenação, por favor diga-me, porque eu acho que não há, mas se não houver diga-me, e para terminar, que fique bem claro, não posso permitir, não posso mesmo, que queiram insinuar, fazer passar por A mais B, porque, Senhor Presidente, eu poderia



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

não ter este desabafo, mas vou dizer-lhe uma coisa, há quem queira passar a imagem errada, anda numa campanha paralela, aquela campanha que não se faz nas redes sociais, porque com essa eu posso muito bem, com as campanhas das redes sociais eu posso muito bem, mas há aquela, Senhor Presidente, em que pegam no telefone e contactam as pessoas a pôr em causa a Vereadora Joana Bento, essa que é uma campanha de seu lado disfarçado, é que magoa, Senhor Presidente, e para terminar, por isso mesmo, porque eu sou incapaz, porque não tenho meios, não tenho meios de combater isso, só no fundo, a consciência de cada um, é o que lhe dá fazer, eu só posso perante vós todos e a comunicação social, que felizmente hoje está na nossa reunião, dizer mais uma vez, e fica aqui claro, as razões pelas quais não estivemos presentes na homenagem pública ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. Sampaio Lopes, foi precisamente na falta daquilo que foi o *email* de vinte e um de abril deste ano, e repúdio e condeno, quem queira fazer disso uma bandeira de uma outra campanha, que não importa para este executivo”.

Interveio o Senhor Presidente para referir que, relativamente aos argumentos que a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento tinha repetido, lhe daria o benefício da dúvida, que ela mesma não tinha dado à maioria do executivo, nem às instituições do município, de que de facto estava de boa-fé.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio reiterando que tinha ligado ao Senhor Presidente.

O Senhor Presidente interveio novamente para dizer que a Senhora Vereadora tinha ligado depois do evento e que tinha ouvido o mesmo argumento referido na reunião de câmara. Expliquei tudo e a Senhora Vereadora falou-me do *email*, que eu disse que até nem conhecia o seu teor, provavelmente, chegou, mas como foi tudo explicado também na reunião a Senhora Vereadora disse-me que, de facto, iria fazer uma tal carta aberta, que é da sua única responsabilidade, e que quando tomei conhecimento do seu teor e do seu tom, lhe garanto que foi um momento que achei de uma desproporção, que nem sei muito bem como classificar, acho que nem vou utilizar mais classificativos relativamente a essa questão, depois até tive oportunidade de ler o *email*, e uma outra vereadora, que também não está a tempo inteiro, deu também a sua interpretação, diferente da sua, mas, independentemente disso, a combinação dos dois momentos levava a que houvesse mais ponderação, mais bom senso e não se entrasse, de facto, num tom de tal maneira excessivo, que criou e manchou, no meu entender, aquilo que eram atos festivos e sensíveis, relativamente a esta questão. Não me passa pela cabeça que a Senhora Vereadora sequer podia estar, porque para mim e para todos, a Senhora Vereadora era a única, dos sete elementos aqui presentes que referiu que não estaria, por isso, essa questão nem sequer é um assunto neste processo, porque a Senhora Vereadora disse logo na reunião de



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

câmara, podia até ter enviado mais tarde, porque eu pedi, para facilitar, creio que até o termo que utilizei foi a palavra logística ou qualquer coisa parecida para poderem estar no Salão Nobre, estava a referir-me até muito em concreto à questão do Salão Nobre, mas depois também era extensiva à questão do concerto que aconteceu às onze da manhã, que cumpria as questões todas. Não vou fazer reflexões políticas sobre o que é que os partidos dizem, também não é o meu timbre, mas não posso deixar, perante um assunto que pôs em causa a honorabilidade dos órgãos, de ler uma explicação que fala dos vereadores, o que os vereadores, seguramente, não precisam também que os partidos falem por eles, os vereadores são todos eleitos e têm toda a legitimidade direta, cada um de vocês é eleito individualmente e tem legitimidade direta, nunca se esqueçam disso, mas eu tive que ler essa carta, até para ficar cabalmente explicado que, de facto, quem possa estar a pôr intenções, naquilo que foi a vossa decisão ou a vossa disponibilidade, não o está a fazer de forma correta e ainda bem que aqui essa questão também se coloca e podemos então avançar com a nossa ordem do dia”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente e referiu o seguinte: “só iria repetir um parágrafo que está aqui, que esclarece bem aquilo que foi a vontade, ou aquilo que foi a consideração, que os senhores vereadores deram a uma cerimónia de homenagem ao Ex-presidente da Câmara Sampaio Lopes. A Comissão dos Ex-autarcas, o Senhor Presidente já leu, eu vou ler aqui só um pequeno parágrafo para ficar claro *repor a verdade acima de tudo é, também nosso dever ao afirmar que esta singela cerimónia nada teve a ver com as comemorações do “25 de Abril” promovidas pelo Município do Fundão, nem tão pouco com a Sessão Solene Comemorativa da Assembleia Municipal* portanto, é da exclusiva responsabilidade, seja por interpretações sanitárias ou por razões de outra ordem, que os senhores vereadores, independentemente de terem interpretado e, como já referi, foram as únicas pessoas, de todas as que receberam esse *email*, foram as únicas que interpretaram exatamente assim e, portanto, se não estiveram presentes, têm que explicar e dizer abertamente, porquê razões é que não estiveram presentes numa cerimónia de um ex autarca do Partido Socialista, que, claramente, não foi bem tratado no final da sua vida, depois de ter perdido as eleições autárquicas em dois mil e um e que, de facto, teve com muita honra e com muita honestidade, um tratamento à altura destes autarcas, deste executivo e dos anteriores executivos das maiorias que, entretanto surgiram no concelho do Fundão e, portanto, essa explicação, até diria, que é uma explicação que deve procurar dar internamente, junto dos seus camaradas, porque razão é que não esteve”.

Interveio o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes. “Costumo ser direto, a questão é simples. A homenagem foi feita, volto a dizer, não estive presente por razões de saúde, não porque me



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

apeteceu, fui claro, e se a autarquia não tem condições para realizar uma reunião pública, em que nós estamos todos presentes, parti do princípio, face ao que eu li anteriormente, que não podia estar presente. Há aqui um dado novo, que foi referido, a câmara não é responsável por este evento, se não é responsável, são os antigos autarcas, então eu fui convidado por alguém que não tem nada a ver com este assunto, e a casamentos e batizados vão os convidados, em bom rigor, o que o Senhor Vice-presidente acabou de ler, é que quem organizou o evento, e bem, porque a homenagem é justa, foi os antigos autarcas e eu não recebi convite. O único convite que eu recebi foi da autarquia, na pessoa do Senhor Presidente, e embora o evento fosse independente, não deixava de existir uma articulação com a Assembleia Municipal, por isso, o que eu recebi da Assembleia Municipal foi para assistir em casa, e volto a dizer, não quero falar mais sobre o assunto que está encerrado. Com muita pena minha não pude estar presente e gostaria de ter estado, agora, se é má interpretação da minha parte, se a mensagem não foi clara do outro lado, tudo bem, não vamos discutir mais sobre o assunto”.

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu: “Senhor Vereador, como sabe, no *email* que recebeu da assembleia, nada dizia sobre esse evento. A questão, da forma como a coloca, se eu tinha legitimidade para poder associar os Senhores Vereadores, assim como os membros da Comissão Permanente, onde coloquei a questão, lhe digo que sim. Se tem dúvidas, sobre se tinha essa legitimidade, pode perguntar à comissão se não perguntei aos próprios, dado o dia que era, se poderia falar desse assunto aos membros da Comissão Permanente, da Assembleia Municipal e aos Senhores Vereadores, para, se quisessem, poderem associar-se a este singelo momento. Acredite que nunca o faria, se não tivesse perguntado primeiro à comissão que organizou, porque, obviamente, e que fique bem expresso, foi a comissão com a sua sensibilidade e a sua memória, que criou este momento que até pela forma como se ia expressar, colocando os cravos junto à fotografia, me pareceu que deveria, naquilo que é a minha interpretação do sentimento da comunidade, que também tenho obrigação de ter sensibilidade para o fazer, pareceu-me que deveria abrir, de facto, essa exceção e, como tal, abrir o salão mais nobre de todos os salões nobres, que temos no nosso concelho, a esta homenagem. Por isso, peço que estas questões, às vezes resvalam, e nunca ponha em causa, se tinha ou não legitimidade para poder estender um convite, obviamente, sensível, como é o caso, a todos os Senhores Vereadores. Se não o tivesse, não o tinha feito, que fique claro”.

A Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira interveio e disse: “associe-me também a este ato nesse mesmo dia ao hastear da bandeira que foi na rua, interpretei-o dessa forma e havia muitas pessoas da comunidade que também se podiam associar como qualquer um de nós, assim o fiz, como noutros atos que temos feito ao longo destes anos, seguidamente havia as iniciativas



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

online de cada uma das bancadas e como foi feito *online*, no momento em que subi ao Salão Nobre perguntei, nomeadamente, a quem organizava essa homenagem, se nós poderíamos assistir atendendo às pessoas que estavam presentes. Foi-me dito que podíamos assistir, eu e a Senhora Vereadora Dra. Ana Paula que estávamos juntas e assim o fizemos. Foi a minha interpretação na sequência disso e a minha participação”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente, prosseguiu este ponto da Ordem do Dia dando conta, no seguimento da reunião anterior, e da situação da tempestade de granizo ocorrida no final do dia 9 de abril que devastou grande parte do concelho, que tinham sido remetidos “os respetivos relatórios para a Direção Regional de Agricultura, bem como para a Senhora Ministra da Agricultura. Com a Senhora Ministra da Agricultura, pedimos-lhe uma visita ao local, que pudesse ver *in loco*, os problemas causados aos nossos agricultores, um pouco na mesma linha do que aconteceu no ano passado, onde a Senhora Ministra da Agricultura esteve. Desta vez, seguramente, por algum motivo não pode vir ao concelho do Fundão, mas ficamos satisfeitos, pelo facto de fazer essa visita à geografia atingida, porque essa visita revela bem a sensibilidade que tem para o assunto, tal como no ano passado aconteceu. Já expressei ao Senhor Diretor Regional de Agricultura, que o município estará sempre disponível para apoiar em 50% os agricultores, estamos a falar por vezes entre dez a onze mil euros, talvez agora menos, comparativamente com os valores do ano passado. São valores, de facto, muito exíguos, muito longe das questões, mas todas as ajudas são boas e nós temos sempre uma atitude profundamente colaborativa e sinérgica, para responder àquilo que são as necessidades, e que são bastantes, dos nossos agricultores e das suas organizações”.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta da assinatura de um protocolo no âmbito do acolhimento de trabalhadores em teletrabalho que irá funcionar no espaço de Cowork e aproveitou para dar também conhecimento que o município pretende criar mais espaços de Cowork, nomeadamente em Alpedrinha e Alcaide, e que deste modo “irá juntar um grupo de arquitetos para elaboração de um regulamento, que complementando os regulamentos existentes, possa reorientar, ou dar indicações para aquilo que é a criação de nova habitação ou reabilitação de habitação já existente, tendo em vista a questão do teletrabalho. Queremos estar na linha da frente relativamente a este processo, esta questão já faz parte do Fundão, tendo em vista muitas das empresas tecnológicas que por aqui estão, mas queremos ir mais longe, e considero que é muito importante esta junção de massa crítica, sobre o que é a adaptação, a orientação do espaço, quer seja na habitação coletiva, quer seja na parte individual e ver também, como é que ajudamos a orientar alguma da oferta, para ter as condições mais adequadas e atrair mais teletrabalhadores para o nosso concelho. Espero que até final de maio



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

possa apresentar as primeiras conclusões, eventualmente, até já num formato de regulamento, para poder ir à assembleia municipal de junho, consoante for o desenvolvimento desses trabalhos”.

Continuando, deu ainda conta, nomeadamente,

- Assinatura de um protocolo com a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silves com o objetivo de apoiar as obras de alteração de um edifício para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI;

- Realização de uma reunião no âmbito da Agrotech para a criação da rede dos laboratórios vivos transfronteiriços, e construção de um parque Agrotech Ibérico;

- Participação numa reunião do Conselho Coordenador da RIS3 como representante da CIM Serra da Estrela e também enquanto Presidente do Conselho Regional;

- Visita, a convite da Senhora Ministra da Coesão e com a presença de vários secretários de Estado à Escola 42, uma das melhores escolas de programação do mundo que abriu recentemente a sua primeira sucursal em Lisboa;

- Visita, no dia 3 de maio da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, às diversas estruturas de apoio aos migrantes no concelho do Fundão;

- Apresentação na Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade, dia 24 de abril, do livro “Estórias de um Arquivo Judicial: A Grande Devassa 1820-1920 do Doutor José Avelino Gonçalves, antigo presidente da Comarca de Castelo Branco;

Terminou a sua intervenção com uma nota de parabéns e orgulho à ADF, pelo histórico terceiro lugar, a toda a estrutura técnica e diretiva, atletas e treinador.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente para dar conta que o concelho continuava com cinco casos ativos de Covid-19 “confinados, num contexto familiar e numa localidade. Relativamente à vacinação tem havido uma preocupação por parte das autoridades de saúde dada a diminuição de procura por pessoas acima dos oitenta anos, na faixa etária dos sessenta e cinco até setenta, lançámos um apelo em conjunto com a autoridade de saúde para que as pessoas que ainda não tivessem sido contactadas, que contactassem diretamente o Centro de Saúde, para números específicos das enfermeiras, para ser feita a atualização dos dados e ativar imediatamente o processo de vacinação que está a ser um sucesso no concelho do Fundão, com 11.313 pessoas vacinadas, ao dia de ontem, um número muito considerável dada a dimensão do concelho Fundão e, portanto, sublinhava aqui esse apelo. Vamos ter também uma reunião na próxima segunda-feira com os responsáveis da Proteção Civil, Autoridade de Saúde Local e Diretor Regional de Saúde, sobre a preocupação, sobretudo, com a apanha da fruta, onde se concentram muitos migrantes que estão a chegar ao nosso País, muitos que se estão a



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

movimentar entre diferentes regiões, portanto, vamos conjuntamente estabelecer um plano, para avançarmos com a testagem de todos esses trabalhadores que estão a chegar ao concelho do Fundão”.

Prosseguindo, deu conta do concurso realizado para atribuição dos lugares de venda de cerejas, nomeadamente, treze bancas na Zona Industrial e dez na entrada da freguesia das Donas.

No âmbito do programa de atividades “Cerejeiras em Flor” disse que no próximo fim-de-semana, dias 1 e 2 de maio terminava este programa “que está a ser um sucesso, foi capaz de mobilizar muitas pessoas, estamos a falar de cerca de setenta equipas que neste momento estão no terreno a fazer a Rota da Cereja, e quem conseguir terminar este percurso de nove quilómetros, aqui na encosta da Gardunha, terá um prémio de participação, com a atribuição de um vale de desconto no valor de seis euros para gastar no comércio tradicional. Refiro também que, iremos promover durante o mês de maio, a iniciativa “Maio - Mês do Coração”, com um conjunto de atividades que visam contribuir para a promoção de hábitos saudáveis da população do concelho, e onde destacaria o investimento que o município recentemente fez, com a aquisição de um aparelho que irá permitir fazer uma avaliação física completa a quem estiver interessado, vamos ter durante todo o mês de maio esse aparelho que pode ser utilizado de forma gratuita e também em parceria com os clubes e os próprios ginásios, que poderão ter acesso a ele, e temos também um vasto programa com atividades que irão decorrer, porque já é permitido com esta fase de desconfinamento que estamos a viver, vamos ter aulas de grupo de ginástica, com os ginásios privados que existem no Fundão e vamos ter também programas direcionados para a família, vamos ter algumas ações específicas, através do nosso centro municipal de marcha e corrida e vamos também ter um desafio baseado num estudo, que tem a ver com a qualidade de vida que traduz, que o cidadão deveria, pelo menos, fazer oito mil passos por dia para proteger o seu coração e, neste sentido, vamos ter um programa que se chama “Desafio “8 mil passos pelo teu coração”, que vai premiar aqueles que, durante três dias consecutivos fizerem a demonstração, através das aplicações dos telemóveis, que percorreram em cada um dos três dias os oito mil passos, e terão também prémios que serão vales de desconto para gastar no comércio tradicional, e haverá também outras atividades relacionadas com outras modalidades, designadamente, a atribuição de vales de entrada nos nossos equipamentos, entradas únicas, para quem quiser utilizar os *courts* de ténis, ou a piscina e teremos também vouchers “Coração Saudável no Desporto”.

O Senhor Vice-presidente deu também conhecimento que o município tinha sido contactado pela organização do Festival de Cannes “para incluirmos, ainda durante o verão, o



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

nosso spot promocional do Fundão a concurso, o que coloca o município do Fundão, com a promoção turística que fazemos do nosso concelho, ao lado de grandes empresas do mundo, sobretudo, na categoria *Corporate*, que é onde vai ser avaliado. Este vídeo já teve cerca de vinte e cinco mil visualizações, e com isto, vamos, não só alavancar, como vamos tentar reposicionar mais alto e mais longe, este vídeo promocional sobre o concelho do Fundão”.

O Senhor Vice-presidente prosseguindo a sua intervenção, disse que o município desenvolveu nos últimos meses um programa de aquisição de desfibrilhadores para os equipamentos desportivos. “Adquirimos dez desfibrilhadores, cinco ficaram em equipamentos municipais, outros foram entregues em parceria com os clubes onde há atividade competitiva e garantimos formação a sessenta operacionais, que estão neste momento capacitados para os poder operar. No caso do município, os equipamentos são as Piscinas Municipais, o Pavilhão Gimnodesportivo, o Estádio Municipal, o Parque Desportivo e a própria Câmara Municipal, que ficarão agora dotados com esses equipamentos”.

Terminou a sua intervenção, com uma nota de apreço ao “Doutor José Avelino Gonçalves que conheço muito bem, estivemos em muitas reuniões na comarca de Castelo Branco e queria deixar aqui uma nota de apreço, sobretudo, pela marca que deixou nesta comarca, nomeadamente na elevação das condições dos tribunais, na garantia até, que alguns desses tribunais mantivessem alguns dos serviços de proximidade ao cidadão. Deixo também uma nota de pesar pelo falecimento do jovem fundanense, Marco Correia que teve um passado muito grande ligado aos escuteiros e também ao desporto, sobretudo hóquei patins, que foi em tempos uma grande tradição desportiva no concelho Fundão, onde foi treinador, jogador e atleta durante muito tempo”.

Interveio novamente o Senhor Presidente, referiu-se aos apoios no âmbito do comércio local. “Basicamente estamos a esgotar o *plafond* que criámos no programa dos vouchers, foi um grande sucesso, estaremos muito próximos de cerca de trinta mil euros de vouchers por mês, temos alguns dados da Associação Comercial sobre em que áreas está a haver maior utilização dos voucher, a primeira, evidentemente, no setor agroalimentar, a segunda, na reabilitação urbana, nestas alturas de confinamento as pessoas aproveitam para fazer pequenas intervenções em casa, há uma parte conectada com a pequena construção civil e a terceira, infelizmente, que era também expectável, gasto nas farmácias e, de facto, é o terceiro grande o grupo de despesa, que aparece no aproveitamento dos vouchers. Isto significa que a nossa comunidade começou efetivamente a utilizar de forma sucessiva este programa, que como sabem, tinha dois grandes objetivos, um deles muito óbvio que é tentar provocar alguma dinamização do comércio local, mas tinha um outro, que não era tão óbvio, que era também dar um incentivo ao acesso de



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

alguns desses bens e serviços associados ao comércio local, ficámos muito satisfeitos por esta medida estar, neste momento, a ter a dinâmica que tem e, como tal, vinha dizer que vamos mantê-la até junho, vamos reforçar as verbas, e neste momento a procura aponta para cerca de trinta mil euros por mês em termos de vouchers o que é um valor bastante relevante”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto.

Deu conta que no dia dezasseis de abril, o município e o Centro de Biotecnologia de Plantas, “fizeram uma visita conjunta ao Banco Português de Germoplasma Vegetal, que é um banco que está conectado com o Svalbard Global Seed Vault, o banco de sementes mundial. O Banco Português de Germoplasma tem como missão, colher, conservar, caracterizar, documentar e valorizar os recursos genéticos de modo a assegurar a diversidade biológica e a produção agrícola sustentável e o objetivo da reunião com a direção científica deste banco português de germoplasma, visava a criopreservação de espécies vegetais, com principal ênfase para os recursos genéticos locais de ginjeira e de cerejeira. Nesse sentido e a breve trecho, iremos depois dar conta de todas as diligências que tomamos. Também no passado dia vinte e três de abril, recebemos nos nossos campos experimentais, o Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, que veio visitar os trabalhos ali desenvolvidos e articular connosco uma futura investigação aplicada, experimentação, divulgação, formação, apoio técnico e científico de projetos que vamos ter também em comum, num futuro próximo”.

Usou também da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Tivemos reunião na sexta-feira, dia dezasseis, e no âmbito, até de uma intervenção minha, que pedi que fosse avaliado, e por essa via da avaliação, percebermos qual era o estado da pobreza infantil no nosso concelho, porque entendemos que a pobreza infantil pode, como muitas vezes o é, ser limitadora da própria vida adulta em vários campos da nossa vida, e, nessa altura, o Senhor Presidente, não comentou essa nossa intervenção, de que iria por em prática essa proposta e foi, com particular agrado, que soubemos depois, *a posteriori*, que o Fundão se preparava para rever o Plano e a Carta Social e, curiosamente, entendo esta revisão, no fundo, indo ao encontro de uma proposta dos vereadores do Partido Socialista, para nós, enquanto município, fazermos. Lembro-me da intervenção, neste caso, fui eu que a fiz, pedindo exatamente isso, atendendo às circunstâncias que a pandemia levantou, atendendo ao facto de que nós iríamos receber competências nesta área social, por via da delegação de competências na ação social, e o Senhor Presidente disse que o nosso Plano e a nossa Carta continha tudo, portanto, estava tudo planeado e programado, aliás, é sempre assim, que o Senhor Presidente avalia, ou quase sempre avalia, quando são as nossas propostas, que já pensámos nisto, mas este anúncio do Plano e Carta Social a serem revistas, no fundo é aderir àquilo que foi a proposta dos Senhores Vereadores do Partido





MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

Socialista neste mandato, que temos que frisar, e o Senhor Presidente, não apresentou esse Plano e disse que ia avançar com ele em sede de reunião de câmara, disse-o à parte, para ser mais precisa, aquando da assinatura de um protocolo. Pedia e reiterava aqui, a nossa visão de haver necessidade de avaliarmos neste contexto e, particularmente neste contexto, a questão da pobreza infantil no nosso concelho, e espero que este ponto tenha a maior consideração da sua parte neste Plano que se propõe a rever e era essa a intervenção que queria fazer. Não percebi uma questão que o Senhor Vice-presidente mencionou e pedia se me pudesse esclarecer, que tinha a ver com a atualização dos dados nos contactos para a vacina. De que forma é que se propõe fazer esse apelo, não percebi, pedia que me explicasse”.

O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora nestes termos: “saiu uma nova legislação de enquadramento das Cartas Sociais Municipais, é uma legislação muitíssimo recente e obriga de certa forma, creio eu, que é o momento certo, dada a legislação que saiu, para se rever as Cartas Sociais Municipais, ou para as fazer quem não as tenha. O caso do concelho do Fundão tem Carta Social Municipal e Plano de Desenvolvimento Social já há bastantes anos e até já com uma revisão há cerca de quatro ou cinco anos. Essa Carta Social Municipal foi abordada até em sede de CIM há cerca de um mês, para eventualmente poder ser algo que a CIM-BSE pudesse abordá-la em lógicas mais intermunicipais, mas creio, que é o momento certo, dado a legislação que saiu, para o município fazer essa mesma revisão”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

“Só referir, que já divulgamos através dos órgãos de comunicação social, colocamos também no nosso *facebook* a divulgação do apelo para todas as pessoas com sessenta e cinco anos ou mais, que contactem diretamente os números de telefone que partilhámos, designadamente, o número geral do Centro de Saúde e também, o contacto móvel das Senhoras Enfermeiras Luísa, Adélia e Gina, que são quem está a montar esta operação de vacinação e, por isso, divulgámos diretamente os números de telefone delas, foi assim que pediram, para que ficassem vinculadas com o contacto da pessoa que seria identificada e está também publicado na nossa página da Proteção Civil e na página do município”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Senhor Presidente, só para concluir porque responderam-me às duas questões, que eu agradeço, e para fechar o assunto, fiz esta questão, porque não tinha percebido em que plataformas seriam esses apelos, porque, de facto, os maiores de sessenta e cinco anos, podem ter dificuldade de aceder às redes sociais. É óbvio, que são ferramentas importantes de comunicação, mas aqui o nosso apelo, que nesta fase acho que não é impertinente fazê-lo, muito pelo contrário, por outra via comunicacional, jornais e rádios, fazerem essa divulgação, porque esses órgãos de comunicação



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

social, pelo seu alcance e pela relevância que têm na comunidade, são ouvidos e isso pode ser uma forma facilitadora e, portanto, o nosso apelo é que não esperem para ver a adesão que vai ter essa divulgação que está a ser feita, porque há uma limitação clara das pessoas maiores de sessenta e cinco anos ou muitas vezes sessenta, enfim, as redes sociais não chegam a todos. O Fundão tem uma geografia muito própria e mesmo pessoas mais novas não têm acesso às redes sociais, eventualmente, claro que os filhos sim, mas é importante espoletar essa informação através desses canais, e essa a sugestão que fazemos, que essa divulgação e esse apelo ocorra por outros canais, nomeadamente na comunicação social local. Só para terminar, dizer-lhe que a minha intervenção não teve nada a ver com a legislação que mencionou e também com as suas declarações na assinatura do protocolo que não as ouvi na íntegra, baseie-me naquilo que são os dados da comunicação social, não sei se referiu essa legislação, mas a verdade, e não podia deixar de o dizer, é que nós sentimos essa necessidade, essa mesma urgência que o Senhor Presidente fala dos novos desafios, nomeadamente na questão de respostas de proximidade, senti-o antes, e daí a nossa sugestão na altura, e ao qual teve a resposta, que já mencionei, da parte do Senhor Presidente mas, verdadeiramente ficamos muito satisfeitos porque vai ao encontro dela e, no fundo, é isso que importa”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira que referiu: “relativamente ao nosso plano de desenvolvimento social e também àquilo que a Senhora Vereadora Joana referiu, nomeadamente, o que diz respeito à pobreza infantil no nosso concelho, referir que foram criadas várias respostas inovadoras e únicas no distrito, nomeadamente, temos o único CAFAP Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, que presta apoio ao distrito, desde Belmonte, Sertã e Proença-a-Nova, acompanha oitenta famílias e, sobretudo, com três modalidades completamente distintas, uma forma muito articulada, quer com os tribunais, quer com a CPCJ, com as escolas, com outras entidades e associações, para dar resposta às famílias, neste caso às famílias com crianças e jovens em situações mais vulneráveis. Também o Programa Escolhas, estamos na oitava geração e que se destina também ao acompanhamento de crianças e jovens, nomeadamente, os que agora referi, foi aprovado em janeiro de dois mil e vinte e um uma nova resposta que se chama Centro de Apoio à Vida que irá também dar resposta a jovens mães, sobretudo com crianças até um ano de idade, este conjunto de respostas vem dar uma cobertura, e também esta última que referi, para o distrito, aliás só existem sete em Portugal, é uma excelente resposta para dar uma cobertura maior a estas necessidades e ao combate à pobreza infantil. Queria complementar um pouco o que o Senhor Presidente referiu relativamente à visita da Alta Comissária para as Migrações, também muito relacionada com estas questões que agora referi e também ao Programa Escolhas. É a primeira visita oficial ao



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

Projeto MATRIZ recentemente aprovado, também já na oitava geração, estará presente, para além da Dra. Sónia Pereira o Senhor Vogal do Conselho Diretivo, Dr. José Reis e o Coordenador da Zona de Lisboa, Sul e Ilhas e o nosso Coordenador também do Fundão, o Dr. Rui Dinis. Esta é a primeira visita a realizar-se ao nosso Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes nas instalações do Casino onde funcionam os nossos serviços de ação social e os vários gabinetes, posteriormente a visita seguirá para o Centro para as Migrações, onde também poderá ter a oportunidade de conhecer o trabalho que temos estado a desenvolver e terminará em Castelo Novo no único CAE – Centro de Atividades Escolhas, recentemente criado num programa articulado entre a Diocese, a Câmara Municipal e o Alto-comissário para as Migrações. Para terminar referir que retomamos de alguma forma as atividades culturais e após várias tentativas a ESTE – Estação Teatral irá apresentar o seu último trabalho “A Avenida”, uma trilogia sobre o Fundão e o País e será apresentada sobre a Avenida da Liberdade, podendo também ser considerada uma homenagem ao Jornal do Fundão, porque foi onde realizaram todo este trabalho de investigação para a construção desta peça, entre os dias cinco e oito de maio poderão então assistir a este trabalho, há muito tempo aguardado”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente. “Só para dizer que a Senhora Vereadora Joana Bento sugeriu que nós fizéssemos aquilo que já estamos a fazer, sugeriu que divulgássemos nas redes sociais e enviássemos para a comunicação social, e de facto, já constam essas notícias na comunicação social”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento questionou a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento deste modo: “queria perguntar à Senhora Vereadora Dra. Alcina, porque foi muito clara e inequívoca naquilo que são as respostas que existem e, eu acho que não percebeu, isto é o meu entendimento, aquilo que foi a minha intervenção e aquilo que foi a minha intervenção na reunião de câmara de dezasseis de abril e aquela que eu fiz hoje, e pergunto-lhe, se me sabe dizer quantas crianças, em percentagem, temos no concelho do Fundão, em condição de pobreza infantil”.

A Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira disse que “terei essa percentagem que refere, mas como lhe disse essas questões estão todas sinalizadas, os números da CPCJ eu não os tenho, porque é uma entidade que acompanha e é autónoma, os dados relativamente às famílias do CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental sei que são oitenta famílias, o que significa que essas famílias estão devidamente identificadas e registadas. No Programa Escolhas também estão identificadas cerca de cem famílias que nós acompanhamos onde, efetivamente, o trabalho é direcionado exatamente para esse grupo, e também acrescentar que temos no âmbito do nosso serviço de ação social, o Gabinete de Apoio à Família, onde também



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

temos esses registos de todas as situações do nosso concelho, que acompanhamos no seguimento de todas essas respostas que temos no âmbito da ação social, estão todas identificadas, não há nenhuma família no nosso concelho que não esteja a ser acompanhada, e também com outros apoios complementares, nomeadamente, as lojas sociais, e outras respostas que criamos. Portanto, não há nenhuma criança no nosso concelho que não esteja devidamente acompanhada, e eu agradecia à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento se conhece alguma criança que não esteja a ser acompanhada que me a identifique para nós a podermos acompanhar. Portanto, devolvo a pergunta: conhece alguma criança no nosso concelho que não esteja a ser acompanhada”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento respondeu: “agradeço-lhe a pergunta, mas não se trata de pessoalizar a criança, não é isso que foi a minha intervenção, de longe. Aliás, aquilo que eu lhe perguntei, até perguntei em percentagem que é exatamente para não ir por essa via, e se eu tivesse conhecimento de uma criança nesse risco e que não estivesse a ser acompanhada, como deve calcular, e acho que me está a perguntar no exercício das minhas funções, não posso revelar aqui. Para terminar, porque ficou bem claro da sua intervenção, parece que não há nada a fazer, que está feito o levantamento, que estão todas as crianças em situação de pobreza identificadas, que não há nenhuma criança que não esteja identificada, aquilo que eu deixo aqui para terminar, e até um apelo da UNICEF, que nos diz que no pós pandemia, durante cinco anos a pobreza infantil vai-se manter num nível preocupante, e daí, quando se vê a notícia de que nós iremos entrar na revisão de um Plano, de uma revisão de uma Carta Social, aquilo que foi pedido muito antes de o anúncio ser feito, aliás quer a revisão, quer essa própria avaliação, para que nós possamos tomar as medidas mais específicas para cada situação, é esse apelo que eu quis deixar, mas parece-me que a responsável pelo pelouro acha que está tudo bem”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira. “Não disse à Senhora Vereadora que estava tudo bem, disse que estavam criadas as respostas e identificadas para nós fazermos face a todas essas questões e minimizarmos as situações. Não me ouviu sequer referir que eu disse aqui que estava tudo bem, se estivesse tudo bem não eram necessárias estas respostas, e oxalá que caminhemos para esse objetivo”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente para referir: “percebo que estas questões de fazer umas perguntas, por exemplo, de quantos números relativamente a isto ou aquilo, possam ser, de alguma forma, interessantes para demonstrar alguma tese, nomeadamente, a necessidade de reforçarmos alguma valência, imagino que seja por isso, e não uma questão de procurar daí deduzir ou retirar ilações que, por alguém não ter um número imediatamente de cor, possa haver alguma ausência daquilo que é o trabalho muito árduo que muitas entidades



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

fazem, obviamente, também o Fundão, relativamente à parte da ação social. É talvez uma das áreas onde nós também podemos sentir algum orgulho, creio eu, do ponto de vista da proliferação de áreas que atuamos, que tentam procurar em todos aqueles que sofrem, não tenham as mesmas oportunidades ou que estejam em situações de exclusão ou de risco de pobreza, alvos para uma atuação mais direta, mais próxima, eu acho que ninguém nos pode acusar disso mas, imaginem que agora me dava, a mim, ao Presidente da Câmara, aqui perante os seis vereadores presentes, até perante, talvez, aqui ou acolá, alguma experiência mais acumulada, algum conhecimento até pela área própria de formação dele, começar-vos a perguntar determinado tipo de estatística sobre o concelho e daí tirar ilações se os Senhores estão ou não sensíveis para essas áreas onde ele estaria a fazer uma espécie de perguntas associadas à estatística. É preciso, obviamente, separar as questões, acho que a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira explanou aquilo que é um leque muito variado de respostas, exatamente, porque elas são necessárias e porque a nossa população precise delas”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes. “Na última reunião estivemos a conceder alguns apoios, alguns incentivos extraordinários, a minha questão é clara: desde meados de dois mil e treze houve alguns incentivos extraordinários ao investimento no concelho, já levantei esta questão há dois anos, e na altura foi-me dito que não era possível fazer esse balanço, neste momento já é. Gostava de saber quais é que foram as empresas beneficiadas entre dois mil e treze e dezembro de dois mil e quinze, o incentivo que foi atribuído, quantos postos de trabalho elas tinham à data do pedido, qual foi o número médio de postos de trabalho durante esses cinco anos e qual é o número de postos de trabalho no final desses cinco anos. Acho que essa informação pode ser pedida às empresas, já que elas beneficiaram é uma forma de as fiscalizar, e não precisamos de pedir muita informação, porque elas conseguem disponibilizar esses elementos através do relatório único que têm que apresentar anualmente”.

O Senhor Presidente interveio e respondeu: “terão acesso a essa informação pela monitorização que também fazemos desse processo, dou sempre um único exemplo, que afirmei em tempos, em que estávamos a preparar um projeto muito disruptivo, como agora se refere, relativamente à forma como entendíamos a inovação e a criação de valor a partir do município, e disse que se algum dia alcançássemos cem engenheiros informáticos no nosso concelho, que eu me daria, como, um Presidente e um executivo que já tinha cumprido uma parte significativa da sua missão tal, obviamente, era tão improvável podermos ter sucesso, por exemplo, nesta área do mundo digital. Só dar este dado, porque me lembro de ter como meta e até, na altura, quando começaram os primeiros programas de atração de empresas, que essa era uma das metas, houve outras na parte da internacionalização, mas esta lembro-me bem, porque



achava mesmo que era praticamente impossível, como alguém diz, era uma espécie de número político, vamos tentar chegar aos cem, mas às vezes com mais vontade do que convicção relativamente a essa questão. Claro que esses números serão partilhados e até teremos muito gosto em juntá-los e dar-lhe a devida relevância, porque acho que expressam bem nesses temas, aquilo que foi acontecendo no nosso concelho e expressam muito bem aquilo que também é uma homenagem aos nossos empresários, e já agora deixo uma nota, que este fim-de-semana, creio que sábado, vai decorrer uma homenagem a um empresário importante, o Senhor Engenheiro Adrião”.

Neste momento, ausentou-se da reunião, por motivos pessoais, a Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Duarte.

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Prorrogação da isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 28 de abril de 2021, e que se transcreve:

“**PRORROGAÇÃO DO PROGRAMA DE RESPOSTA À COVID-19 - MEDIDAS EXCECIONAIS /2021.** Considerando que o Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril, renovou a declaração do estado de emergência, com uma duração de 15 dias, iniciando-se às 00h00 do dia 16 de abril de 2021 e cessando às 23h59 do dia 30 de abril de 2021; Considerando que a Resolução da Assembleia da República n.º 114-A, de 14 de abril, autorizou a renovação do estado de emergência; Considerando que o Decreto n.º 7/2021, de 17 de abril, regulamentou a renovação do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril; Considerando que, pese embora a situação pandémica nacional tenha melhorado e o estado de emergência esteja prestes a terminar, o Município do Fundão entende que se torna necessário e premente manter as medidas existentes no concelho do Fundão de resposta à pandemia; Considerando que as medidas excecionais a adotar se revestem de manifesto interesse público para o concelho do Fundão, por se revelarem urgentes no sentido de impulsionar a atividade económica do nosso concelho; Considerando os fundamentos constantes da deliberação tomada quanto a esta matéria, em sede de reunião de Câmara, datada de 15 de janeiro de 2021 e 16 de abril de 2021, que aprovaram o Programa de Resposta que contém as medidas excecionais a aplicar no âmbito



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

da pandemia da doença COVID-19 para o concelho do Fundão no ano de 2021, **proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de prorrogar o Programa de Resposta que contém as medidas excepcionais a aplicar no âmbito da pandemia da doença COVID-19 para o concelho do Fundão, a saber:** 1. Manutenção da Linha Especial de Apoio Psicológico do Município; 2. Manutenção da Linha de Apoio às Empresas; 3. Disponibilidade de computadores ligados à rede de internet para garantir a aprendizagem à distância em caso de voltar a justificar-se esta medida; 4. Manutenção do Programa de Entrega de Medicamentos e Bens Essenciais ao Domicílio; 5. Manutenção da Bolsa de Voluntários; 6. Continuação do programa de aquisição de testes e rastreios no concelho do Fundão; 7. Extensão do programa de vales de desconto no comércio tradicional até final do mês de junho; 8. Estacionamento à superfície gratuito na cidade do Fundão até final do mês de maio; 9. Faturas de fornecimento de água, saneamento e resíduos: a) Redução de 50 % para todos os estabelecimentos de cafetaria e restaurantes, até final do mês de junho; b) Redução de 50% para as IPSS's constantes da listagem em anexo (Anexo I); c) Ratificar o abono de 50% à Associação dos Serviços Partilhados das Beiras com os fundamentos e termos constantes dos documentos (Anexo II); 10. Subvenção, aos fins-de-semana, do custo das entregas ao domicílio pelas empresas com este serviço, bem como a todos os restaurantes que as promovam até final do mês de abril; 11. Relativamente à cobrança dos valores respeitantes às taxas/tarifas constantes da Tabela de Taxas e Licenças, da Tabela de Tarifas e Preços, bem como das Rendas, e até ser publicada a competente autorização legislativa a que se alude supra, o Município estabelece os seguintes apoios: a) Ocupação de Espaços de Domínio Público - Tabela de Taxas e Tarifas – Capítulo IV – Quadro VII, nº 2, nomeadamente Quiosques – redução de 50% nos meses de março e abril; b) Ocupação de Espaços de Domínio Público - Tabela de Taxas e Tarifas – Capítulo IV – e Quadro VIII, n.ºs 1, 2 e 7, esplanadas cobertas e descobertas, quando pagos por mês/ano – isenção no ano de 2021; c) Feiras, Mercados, Praça Municipal e Venda Ambulante – Tabela de Taxas e Tarifas – Capítulo VIII – Quadro XII, nºs 1, 2 e 3, quando pagos por mês/dia – isenção para o mercado semanal e para a praça nos meses de março a junho; d) Cemitérios – Tabela de Taxas e Tarifas – Capítulo IX – Quadro XIII, nº 1, quando o falecimento for causado por Covid 19 – isenção no ano de 2021; e) Contratos de cedência de espaços para instalação de empresas, encontrando-se os preços previstos na Tabela de Tarifas e Preços do Município do Fundão, Quadro II - Cedência de Espaços - Pavilhão Multiusos/Antiga Praça/Moagem/Casino / 1. Cedência de espaços a título duradouro - 1.1. Por mês e por m² - redução de 50% nos meses de março a junho; f) Concessões de exploração privada de equipamentos municipais abertos ou em



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

laboração parcial – redução de 50% durante os meses de março a junho; g) Concessões de exploração privada de equipamentos municipais que estiveram encerrados em virtude do estado de emergência - suspensão do prazo contratual da concessão até final do mês de maio; h) Contratos de Arrendamento e Subarrendamento não habitacional – redução de 50% nos meses de março a junho. Ao nível do atendimento ao público, este será efetuado por marcação prévia nos serviços seguintes: • Balcão Único Municipal • Urbanismo • Educação e Ação Social • Espaço Empresa e Fablab • CROAEF – Centro de Recolha de Animais Errantes do Fundão. No que respeita aos colaboradores do Município serão implementadas as normas aprovadas, designadamente, em termos de teletrabalho, sempre quer tal se revelar possível e adequado, bem como a manutenção dos horários em espelho, visando sempre a proteção dos colaboradores. A presente proposta substituirá a deliberação tomada a 16.04.2021 e será remetida à Assembleia Municipal para os devidos e legais efeitos.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 54.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por maioria e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Prorrogação da isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença COVID-19)

Não votaram, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira por se encontrarem impedidos nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo-se ausentado no momento da discussão e votação, relativamente à Associação de Serviços Partilhados das Beiras e ao CACFF – Centro Assistencial, Cultural e Formativo do Fundão, respetivamente.

Abstiveram-se, os Senhores Vereadores Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes justificou a abstenção, com o facto de discordar que apenas seja concedida a isenção das taxas referentes aos cemitérios a “pessoas que falecerem com covid”. De acordo com o seu entendimento “a dor é só uma”, pelo que “ou se isentavam todos ou ninguém”.

Aprovação da minuta da adenda ao anexo do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação Dignidade

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 27 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que o Município do Fundão e a Associação Dignidade, Instituição Particular de Solidariedade Social celebraram, no dia 6 de Agosto de 2018, um protocolo de colaboração



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

referente ao programa abem – Rede Solidária do Medicamento, documento cuja minuta tinha sido aprovada em sede de reunião de Câmara datada de 25.05.2018; Considerando que, por circunstâncias várias, os outorgantes sentiram necessidade de proceder a uma adenda ao Anexo ao protocolo, especificamente, no que respeita a cláusula sétima do Protocolo, nomeadamente no artigo 3º (condições de recurso) e o artigo 14º (transferência do contributo financeiro). **Proponho, face aos fatos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta da adenda ao anexo ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município do Fundão e a Associação Dignidade, no dia 06.08.2018, nos termos do disposto na alínea o) do nº 1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, com as sucessivas alterações, a qual segue em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante.”**

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Aprovação da minuta da adenda ao anexo do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação Dignidade)

Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 22 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que: - A Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares pretende construir naquela freguesia, uma infraestrutura destinada à criação e desenvolvimento de respostas sociais, criando uma segunda estrutura residencial para pessoas idosas; - Compete ao Município do Fundão, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, bem como do apoio a atividades de interesse municipal, participar no apoio ao desenvolvimento e execução dessas atividades de natureza social e de proteção dos cidadãos/municípios mais idosos; - O esforço do investimento a apoiar na Freguesia de Silvares é de manifesto interesse para os seus residentes e para os municípios em geral; - Para esta autarquia, é de vital importância apoiar a proteção dos idosos e a continuidade da sua inserção na comunidade a que pertencem; - Os outorgantes do presente protocolo têm como objetivo corresponder ao desejo da comunidade, afastando a exclusão e o isolamento dos seus membros; - O Município do Fundão, no âmbito das suas competências e de uma estratégia de proximidade com os interesses dos seus municípios, pretende associar-se à realização desta resposta social, bem como ao apoio financeiro deste projeto; - No dia 17 de abril de 2021, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o **Município do Fundão e a Associação**



de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares; - Considerando que em reunião de câmara realizada no dia 16 de abril do corrente ano, foi aprovado a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 350.000,00 para o fim referido na cláusula 1.^a do presente protocolo, o qual define novas condições de pagamento; **Neste sentido, proponho, face aos considerandos, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo de Colaboração, que segue em anexo à presente proposta.”**

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares)

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio para dizer que tinha sido com surpresa que tinha visto este assunto, uma vez que tinha sido presente na reunião anterior, concluindo que no espaço de quinze dias, a câmara não sabia como iria ser a forma de pagamento, e que o agora protocolado, era para o mesmo ser efetuado em sete anos, cinquenta mil euros por ano.

O Senhor Presidente disse que a forma de pagamento tinha sido posteriormente concertada com a entidade.

Atribuição de apoio financeiro – Teatro Clube de Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 26 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que o Teatro Clube de Alpedrinha solicitou a atribuição de um apoio financeiro, no valor de € 2.500,00, destinado a participar as obras de restauro da sala de espetáculos “Anfiteatro 1893” da sua Sede Social, nomeadamente, as despesas com a aquisição de diversos materiais, madeiras, tintas, bem como, limpeza de cortinados e outros acessórios; Considerando que esta entidade constitui um elemento de vital importância para o apoio recreativo e cultural a conferir a todo o Município do Fundão e em particular à Freguesia de Alpedrinha; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um apoio financeiro ao Teatro Clube de Alpedrinha, no valor de € 2.500,00. O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Atribuição de apoio financeiro – Teatro Clube de Alpedrinha)

Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que o processo não estava bem instruído, alertando para o facto da declaração de não dívida à Segurança Social ser datada de oito de agosto de dois mil e dezasseis. Referiu também que, na Ata da Assembleia Geral da entidade, datada de dezasseis de agosto de dois mil e vinte, apensa ao processo, um sócio tinha referido, e que solicitou que constasse em ata o seguinte *manifestou a sua surpresa pelo facto de a Câmara Municipal continuar a conceder subsídios a associações sem qualquer atividade e em que não foram aprovados os Planos de Atividades e os Orçamentos em tempo útil para a atribuição de apoios ou candidaturas a organismos oficiais*. E acrescentou “nada que não tenhamos já defendido noutras reuniões”.

Usou da palavra o Senhor Presidente e referiu o seguinte: “uma perceção ou um comentário de um cidadão tem tanto valor como as nossas perceções e os nossos comentários. Eventualmente, as nossas, algo mais fomentadas, temos obrigação disso, mas têm tanto valor como as nossas. O Senhor Vereador acha que nós damos apoios sem critério, ou sem esses critérios estarem assegurados, há um concidadão que também o pode achar, poderá também haver um conjunto enorme de concidadãos e de dirigentes associativos que também não achem assim, nem outros vereadores que possam não achar dessa maneira. Só referir que, se quer destacar a pessoa que possa ter feito esse comentário, e, como deve calcular, nenhum de nós andou a ler as atas de tomada de posse dos órgãos sociais já de alguns anos, terá que constar o nome, está a citar alguém, e quando diz que quer que conste em ata, parto do pressuposto que quer cita-lo, por isso, temos que citar, até em termos de ajudar os nossos funcionários na elaboração da ata, porque não há forma de citar alguém, sem dizer quem foi”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes referiu que o nome do sócio constava da ata.

O Senhor Presidente interveio novamente “só estou a dizer isto, porque disse que não interessava quem era a pessoa, a ata é um documento anexo à proposta, outra coisa é levar para a ata principal a citação de alguém, é bastante diferente, mas consoante o que decidir pode, como sempre, falar com os nossos serviços e determinar em que moldes quererá fazer. Relativamente ao apoio, uma questão de certa forma, como disse, e bem, também recorrente, sobre os moldes de financiamento do tecido associativo, e para lhe dizer também que o ambiente com o tecido associativo, desportivo, social e cultural tem sido muito bom durante o



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

mandato, creio que também tem consciência disso, também é bom que as pessoas coletivas possam sentir, por vezes, alguma injustiça relativamente a outras, e recordo-me de muito poucas situações, talvez até mais no princípio do mandato, em que possam ter sido levantadas sobre isso, e que tenham chegado aos Senhores Vereadores ou ao órgão câmara, de uma forma mais geral”.

Interveio o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto para dizer que também tinha lido a ata a que o Senhor Vereador Prof. Sérgio se tinha referido. “Parece-me incorreto fazer este raciocínio com intuito de atingir diretamente este executivo e a forma como nós fazemos a atribuição de subsídios, porquê esta ata é de dezasseis de agosto de dois mil e vinte, estamos em plena pandemia e imediatamente a seguir ao parágrafo que o Senhor Vereador Sérgio leu, o Presidente da Mesa da Assembleia responde da seguinte forma *neste período de pandemia o Município do Fundão, em termos de subsídio, não virou as costas a nenhuma associação já que estas tiveram obrigatoriamente encerradas três meses, assumindo os encargos de todas as despesas legais e impedidas de realizar as normais receitas de funcionamento.* Acho que é incorreto fazer esta descontextualização, como fez”.

O Senhor Presidente interveio para questionar o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes se o referido pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Neto não fazia parte da ata.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes respondeu: “faz, e vou explicar. A Assembleia Geral é na data que foi referida, a atribuição dos subsídios é feita em quinze de janeiro, o Covid-19 entrou em março. Esta situação foi atribuída a quinze de janeiro de dois mil e vinte, o que o associado está a fazer naquele momento, é colocar essa questão à direção, e a direção faz a defesa do município, mas, em bom rigor, o subsídio foi atribuído e não havia Covid-19 em Portugal e nem havia, pelo menos, plano de atividades nem orçamento. É isso, eu não quis entrar por aí para estarmos à vontade e para não discutirmos. Se somos honestos é em todos os aspetos, acho que está clarificado”.

O Senhor Vereador Dr. Pedro Neto interveio novamente e referiu: “Senhor Vereador, essa é a sua perceção dos factos, e pode não corresponder necessariamente à realidade”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes contrapôs: “desculpe. Eu estive na reunião de janeiro de dois mil e vinte na atribuição de subsídios, não é perceção, é um dado objetivo aquilo que eu estou a dizer”.

O Senhor Vereador Dr. Pedro Neto referiu: “não é isso que estou a dizer. Estou a referir a leitura que faz da ata, é uma perceção que retira daquilo que leu. Não conhece, com certeza a realidade da associação, estou a questionar”.



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes respondeu: “estou a ler a ata e estou a cruzar com a informação que tivemos em reunião de câmara, que é objetiva. A ata diz claramente que são atribuídos subsídios, esses apoios são anuais, a surpresa, é não existir documentação que comprove. Agora, se a ata é desta associação, não sei”.

Interveio novamente o Senhor Presidente e dirigindo-se ao Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse “não sabemos se a questão que está a ser levantada pelo sócio é dirigida, não à câmara, mas diretamente à própria entidade, porque pode haver aqui uma recriminação desse associado relativamente aos planos de atividades, e dizer, que, às vezes as coisas podem não ser o que parecem. Não deixa de ser importante na leitura, às vezes destas questões, que é quando dizemos que há um associado de uma entidade e está identificado, porque estamos a falar de um subsídio à entidade que é, por isso não há dúvidas nenhuma, que entidade é esta, também é relevante aquilo que o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto traz, é que os dirigentes da mesma entidade, naquilo que é em concreto a sua avaliação, também dos apoios ao movimento associativo, é muitíssimo boa, naquilo que foi a resposta no âmbito da pandemia. É natural, que o Senhor Vereador na leitura da ata chame mais a atenção para essa questão, como também é, perfeitamente natural, que o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto, neste caso também leitor atento, possa também chamar a atenção para uma outra perceção que, neste caso, também tem o seu peso”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente. Referiu o seguinte: “de facto, a esse parágrafo, é só acrescentar que é normal que o Senhor Vereador se identifique com esse tipo de visão, independentemente de ter sido exatamente aquilo que ele estaria a referir, porque os Vereadores do Partido Socialista quiseram cativar os subsídios para todas as coletividades em cinquenta por cento, exatamente porque estávamos em pandemia e as coletividades não tinham atividade, mas a câmara esteve bem, quando não abdicou de garantir esse apoio, porque muitas vezes esse apoio era a única fonte de rendimento para conseguirem garantir as obrigações que muitas associações têm e tiveram durante este período de pandemia, sem ter possibilidade de aceder a outro tipo de receitas. Por isso, de facto, contrasta bem, e até com artigos que li recentemente na imprensa regional que defendiam muito essa visão, que neste período só deveriam ter essa garantia se tivessem a possibilidade de terem atividade, vamos imaginar, desportiva, quando o próprio estado de emergência impedia que tivessem qualquer atividade”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio e referiu: “que o Senhor Vice-presidente faça as suas propostas, até aceito, que coloque na minha boca palavras que eu não disse, é que não lhe admito. Já tivemos duas situações, uma delas, relativamente ao mês de janeiro, em que sugerimos que era importante apoiar as atividades que iriam encerrar, sugerimos mais tarde



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

que essas propostas pudessem ser postas em prática quando abrissem a atividade e quiseram colocar um carimbo na medida, dizendo que nós só dávamos esses descontos ou esses apoios quando as atividades estivessem encerradas, o que é falso. Disse que era importante criar regras, e criar regras é garantir o mínimo de subsistência às associações, não era atribuir dois mil e quinhentos euros às associações quando elas estão fechadas o resto do período de pandemia porque esse valor é mais elevado para umas em detrimento de outras, por razões óbvias, porque uma coisa é terem duzentos, cem, cinquenta miúdos a exercer a atividade física, outra coisa é ter apenas dez, por isso mesmo não posso atribuir dois mil e quinhentos euros a uma associação que não tem atividade e atribuir setenta e cinco a outra com atividade, e não é preciso ir muito longe, basta ir a Aldeia de Joanes que recebe os setenta e cinco euros e tem a atividade aberta e basta ir a algumas coletividades locais que estão a receber quinhentos, seiscentos e dois mil e quinhentos com atividade encerrada, e se eu fosse dirigente de uma coletividade destas ficava melindrado, e o que eu disse foi, caso a atividade seja retomada, o valor devia ser entregue na íntegra. Portanto, não estou a retirar nada a ninguém, agora faço este desafio. Não acredito que no mês de setembro de dois mil e vinte e um, as mesmas atividades retomem com o dinamismo que tinham antigamente, no entanto, receberam o dinheiro. Só para concluir, no mesmo artigo foi defendido um plano de desenvolvimento do desporto local e o plano de desenvolvimento é para o concelho todo, e o que eu vi foram medidas para o Fundão para retomar atividades importantes, no Fundão reside cinquenta por cento da população do concelho e na minha opinião foi posto de parte um plano como deve ser, que é feito a quatro, cinco ou seis anos, é definido com objetivos e com metas, e o que nós temos, é um conjunto de medidas incipientes, que são importantes, mas têm de ser feitas de forma articulada e com ambição”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente. “Quando atribuímos os subsídios em função de um programa, e aqui falo mais concretamente da parte desportiva em função das características do projeto desportivo de cada um dos clubes, se têm equipamento próprio, se paga eletricidade, se tem carrinha, se é beneficiário de carrinha do município, quantos atletas federados tem, no fundo, quando foi estabelecido esse plano foi quantificado tudo. Agora, aquilo que estava aqui em causa, era a possibilidade de nós mantermos os subsídios tal como eles estavam, porque ninguém, obviamente, esperava que houvesse esta pandemia e claramente, é um prejuízo muito grande para os clubes que não podem ter nenhum tipo de receita, eu não sei que atividade é que esse clube, que não tinha nenhum plano e recebia setenta e cinco euros, e que agora tem a atividade toda do mundo, e deveria receber muito mais do que setenta e cinco euros. São questões que, evidentemente, devem ser ponderadas e verificadas, e pergunto-lhe se fez ou não fez a proposta para cativar cinquenta por cento dos subsídios às coletividades”.





30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes respondeu: “não faço propostas, quem faz as propostas é o executivo, quanto muito, faço sugestões e posso fazer recomendações no período de antes da ordem do dia, que foi o que me disseram na primeira reunião, quando eu tomei posse”.

O Senhor Presidente interveio e referiu: “qualquer um dos elementos do executivo pode fazer propostas concretas, os Senhores Vereadores já fizeram várias, ainda hoje nesta reunião falaram de algumas propostas, não há mal nenhum nisso, são obviamente avaliados sobre isso, mas também terão aquilo que possa ser uma perceção diferente daquela que aqui foi colocada. A nossa posição foi, não se corta um euro a nenhuma entidade por causa da inatividade que a pandemia traz, pelo contrário, temos trazido apoios suplementares a várias entidades, sobretudo na área social, provocados exatamente pelos desequilíbrios financeiros que essa questão de facto trouxe, uma dessas entidades que já levou também um apoio extraordinário foi uma que aqui referiu, a Associação de Aldeia de Joanes, exatamente pela parte de apoio à infância que ficou bastante condicionada”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Primeiro, sufragar aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes. Dizer o seguinte em relação a esta matéria, porque também é preciso ter memória nestas coisas, e acho que nós não podemos aqui estar a achar que uns vereadores querem apoiar mais do que os outros, as associações. Nós sempre defendemos, e eu relembro aqui uma ata e vou citar a ata de trinta de abril de dois mil e vinte, a propósito deste assunto em particular, e foi uma intervenção minha, e referi assim: *A outra questão que eu queria referir, porque esta pandemia mexeu com a vida de toda a gente, e mexeu naturalmente com a vida das nossas associações. Sabemos que o município tem as transferências mensais de vários apoios ao associativismo, isso está criado, mas a verdade é que as nossas associações neste tempo, estariam com um plano de atividades brutal em termos do dia-a-dia das suas associações que faziam com que não fossem subsídio-dependentes, e constituírem um fundo de maneiio com caminhadas, com uma série de atividades com as quais iam tendo algum lucro e maior ganho. Isso deixou de ser possível se há um adiamento de todas as atividades, e portanto, o Partido Socialista e os Vereadores do Partido Socialista entendem que seria necessário neste momento criar um apoio, e nós temos forma de validar e de encontrar critérios na atribuição desse apoio, nomeadamente recorrendo aos planos de atividade de cada uma das associações, tendo por base, por exemplo, aquilo que foi a obtenção em anos anteriores de receita, arranjar aqui uma percentagem de participação através dessa forma de cálculo, percebendo que tipo de eventos é que estavam programados, e se no ano anterior tinha havido semelhante atividade e qual é que era o valor obtido, e portanto, o*



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

município do Fundão desse uma ajuda naquilo que seriam as atividades que estavam agendadas e que face à pandemia tiveram que ser canceladas, e sugerimos que devíamos pensar sobre esta matéria, porque a pandemia de facto atingiu o movimento associativo e aquilo que nos é feito chegar, é exatamente essa dificuldade. Já chegou a acontecer isto, que me foi relatado, que normalmente em atividade pagam água, luz e acham normal aqueles consumos, mas depois acabam por achar incrível os consumos e as taxas que são aplicadas mesmo quando não há qualquer tipo de atividade, e no fundo, achavam que se não estivessem em atividade iam pagar menos, mas na verdade é que muitas vezes isso não está a acontecer. Portanto, de facto, há qui uma fatura pesada no movimento associativo, e acho que nós devemos todos contribuir, mas com critérios, que é isso que o Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes defendeu e que eu naturalmente subscrevo”.

O Senhor Vice-presidente terminou a discussão deste assunto referindo: “só para evidenciar a enorme contradição perante a intervenção que a Senhora Vereadora fez, porque em abril do ano passado fez uma proposta populista, não era fundamentada em absolutamente nada e, menos de um ano depois, vem o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes dizer que depois de não ter sido aprovado aquele aumento extraordinário para as associações, que deve fazer-se exatamente o oposto, não tem atividade, vamos cativar cinquenta por cento”.

Atribuição de apoio financeiro – Associação Cultural ESTE – Estação Teatral da Beira Interior

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que a Associação Cultural ESTE – Estação Teatral da Beira Interior solicitou a atribuição de um apoio financeiro, para apoiar à promoção e divulgação promocional da Feira Ibérica de Teatro do Fundão no valor de € 1.400,00; Considerando que o concelho do Fundão é reconhecido pela sua dinâmica cultural através de várias áreas de intervenção, nomeadamente o teatro e a música; Considerando que no atual contexto de estado de pandemia, decretado o Estado de Emergência do País e suas sucessivas renovações, foram canceladas todas as atividades e eventos público; Considerando que o património e a cultura constituem uma importante parcela das atribuições municipais, atendendo à concreta significação e importância de que tais temáticas se revestem, seja no que concerne ao desenvolvimento individual e colectivo, seja no plano da promoção e incremento do próprio território da autarquia; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

expostos, e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural ESTE – Estação Teatral da Beira Interior, no valor de € 1.400,00. O respetivo pagamento ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

Relativamente a este ponto foram levantadas algumas questões, pelos Senhores Vereadores, no que respeita ao valor do apoio a conceder à Associação Cultural ESTE uma vez que o apoio solicitado no formulário diverge do valor que efetivamente se pretende conceder. Neste sentido, o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes questionou o facto de ter sido atribuído pelo Município “um valor de mil e quatrocentos euros” à ESTE, quando a mesma apenas solicitou um apoio de “seiscentos euros”.

A Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira esclareceu que, embora não se encontre no processo disponibilizado, o apoio abrange igualmente um pedido da mesma associação, relativo à Feira Ibérica de Teatro do Fundão decorrido em 2019. Mais informou que o referido pedido será anexado ao presente processo e que o valor do apoio pretende compartilhar o mesmo evento – Feira Ibérica de Teatro do Fundão, relativamente ao evento realizado em 2019, bem como aquele que vai decorrer em 2021.

Feitos os esclarecimentos supra a Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Atribuição de apoio financeiro – Associação Cultural ESTE – Estação Teatral da Beira Interior)

Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º, e 3.º ciclos dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano letivo 2019/2020

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 22 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que a educação é um dos domínios em que os Municípios exercem umas das suas atribuições mais relevantes; Considerando que o saber é condição necessária para o fomento da cultura e do desenvolvimento económico e social da população; Considerando a importância da partilha dos valores do trabalho, estudo, dedicação, esforço e resultados, em todas as comunidades educativas do concelho; Considerando a necessidade de se melhorar a qualidade das aprendizagens, para que os alunos Fundanenses se afirmem cada vez mais;





MUNICÍPIO DO FUNDÃO

30/04/2021

Considerando que o Município do Fundão procura incentivar o sucesso escolar em todos os estabelecimentos de ensino do concelho do Fundão, bem como a promoção do mérito dos alunos de referência; Considerando que foram indicados e selecionados, pelos diretores dos estabelecimentos de ensino, os melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básicos, secundário e profissional dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada) do concelho do Fundão; Proponho, face aos fatos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido da atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básicos, secundário e profissional, dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada) do concelho do Fundão do ano lectivo 2019/2020, através da abertura de contas poupança em nome de cada aluno premiado, no valor de 100,00 € (cem euros), na instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola. Dado que os prémios foram atribuídos a 13 alunos, o valor total resultante dos prémios a atribuir é de 1300,00€ (mil e trezentos euros).”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano lectivo 2019/2020)

Sociedade Lambelho e Filhos, Lda. – renúncia ao exercício do Direito de Preferência – Lote n.º 177-A, da Zona Industrial do fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 27 de abril de 2021, e que se transcreve:

“Considerando que o Regulamento Municipal da Zona Industrial do Fundão estipula no seu artigo 20.º que, em caso de alienação total ou parcial, a título gratuito ou oneroso, ou em qualquer forma de transmissão para outrem dos direitos de propriedade, posse, detenção, utilização dos lotes de terreno ou quaisquer outros atos com que obtenha o mesmo resultado, bem como das construções neles implantadas ou em processo de construção deverão ser observados determinados trâmites, designadamente o facto de o proprietário ter que vir comunicar à Câmara Municipal a sua intenção de efetuar a transmissão dos bens supra mencionados, identificando o seu interlocutor no negócio e descrevendo o projeto de transmissão e as respetivas cláusulas; Considerando o teor do requerimento apresentado pela sociedade Lambelho e Filhos, Lda., pessoa coletiva n.º 501.819.690, com sede no Largo da Nossa Sr.ª da Conceição 4, 6230-350 Fundão, na qual se solicita ao Município do Fundão a



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

renúncia ao Direito de Preferência sobre o prédio urbano designado de Lote n.º 177-A, sito na Zona Industrial do Fundão, inscrito na matriz predial da União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo sob o artigo 5822.º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3454; Considerando que a sociedade Lambelho e Filhos, Lda., atual proprietária do Lote n.º 177-A da Zona Industrial do Fundão, pretende informar esta edilidade da transmissão dos seus direitos de propriedade sobre aquele lote para a sociedade Construtora Imobiliária o Alambique, Lda., pessoa coletiva n.º 504661221, com sede na Quinta da Meia Légua, Grameneza, no Fundão, envolvendo o negócio verbas entre os 150.000,00 € e os 200.000,00 €; Considerando que nos termos do previsto no referido regulamento municipal a Câmara Municipal do Fundão dispõe de 45 dias para decidir se pretende exercer ou não o direito de preferência na alienação em curso, **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal delibere no sentido de: 1. Renunciar ao exercício do Direito de Preferência sobre o prédio urbano designado de Lote n.º 177-A, sito na Zona Industrial do Fundão, inscrito na matriz predial da União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo sob o artigo 5822.º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3454, nos termos das disposições contidas no artigo 20.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial; 2. Notificar a sociedade adquirente, a Construtora Imobiliária o Alambique, Lda., pessoa coletiva n.º 504.661.221, com sede na Quinta da Meia Légua, Grameneza, no Fundão, de que, nos termos do mesmo Regulamento, fica obrigada a cumprir todas as obrigações previamente assumidas pela atual proprietária do lote em questão, a partir do momento da aquisição do direito de propriedade – artigo 20.º, n.º 1, alínea i) e n.º 2 do Regulamento; 3. E que a renúncia é feita sob a condição resolutiva de que, na celebração da respetiva escritura de compra e venda, seja expressamente mencionado que a adquirente tem conhecimento do atual Regulamento Municipal da Zona Industrial do Fundão, bem como a declaração de aceitação, por parte do mesmo, dos direitos e obrigações nele incluídos, ficando aquele diploma regulamentar a fazer parte integrante da supra aludida escritura.”**

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Sociedade Lambelho e Filhos, Lda. – renúncia ao exercício do Direito de Preferência – Lote n.º 177-A, da Zona Industrial do Fundão)



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

3 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

António Alberto Dias Pereira – construção de moradia unifamiliar – Aldeia Nova do Cabo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de uma habitação unifamiliar, em Sítio da Borracheira, Aldeia Nova do Cabo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 8 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA-, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (António Alberto Dias Pereira – construção de moradia unifamiliar – Aldeia Nova do Cabo)

António Marques Pires – obras de ampliação de habitação unifamiliar – Bogas de Baixo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de habitação unifamiliar, em Selada ou Cabeça, Maxial da Ladeira, Bogas de Baixo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (António Marques Pires – obras de ampliação de habitação unifamiliar – Bogas de Baixo)



Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – alteração de edificação destinada a habitação unifamiliar – Lavacolhos

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração de edificação destinada a habitação unifamiliar, na Rua do Saco, 4, Lavacolhos.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 6, da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Márcia Daniela Mateus Guerra e Outro – alteração de edificação destinada a habitação unifamiliar – Lavacolhos)

Luís Miguel Felício Baptista Alves – alteração de habitação unifamiliar – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração de habitação unifamiliar, no Loteamento Quinta do Adro, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 5 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Luís Miguel Felício Baptista Alves – alteração de habitação unifamiliar – Fundão)

Maria da Visitação Bernardo Gonçalves Calvário – alteração de habitação unifamiliar – Donas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração de habitação unifamiliar, em Santa Menina, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Maria da Visitação Bernardo Gonçalves Calvário – alteração de habitação unifamiliar – Donas)

António Luís Nunes Pereira – legalização da alteração de habitação unifamiliar – Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização da alteração de habitação unifamiliar, na Rua Vergílio Ramos Amaro Canarias, n.º 4, Alpedrinha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 2 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (António Luís Nunes Pereira – legalização da alteração de habitação unifamiliar - Alpedrinha)

Vânia Cristina Marrucho Esteves – ampliação de edificação destinada a habitação e atividade industrial – Alcaria

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de edificação destinada a habitação e atividade industrial, em Espanadeira, Alcaria.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Vânia Cristina Marrucho Esteves – ampliação de edificação destinada a habitação e atividade industrial – Alcaria)



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

António Clemente Alverca – obras de ampliação de arrecadação agrícola e legalização de edifício de arrumos – Donas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de arrecadação agrícola e legalização de edifício de arrumos (licenciamento), no Sítio de São Roque, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (António Clemente Alverca – obras de ampliação de arrecadação agrícola e legalização de edifício de arrumos – Donas)

Villa and Farm, Lda. – obras de alteração e ampliação de edifícios para empreendimento de turismo em espaço rural – Vale de Prazeres

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração e ampliação de edifícios para empreendimento de turismo em espaço rural, Várzea, Várzea ou Colaço, Terra do Preto, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Notificar o requerente: conforme e nos termos propostos no n.º 6 da info. técnica prestada.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Villa and Farma, Lda. – obras de alteração e ampliação de edifícios para empreendimento de turismo em espaço rural – Vale de Prazeres)

Município do Fundão – obras de alteração de unidade de saúde familiar – Cereja – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de unidade de saúde familiar - Cereja, na Rua Doutor Adolfo Portela, Fundão.



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: A aprovação da pretensão, nas condições apontadas no n.º 6 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Município do Fundão – obras de alteração de unidade de saúde familiar – Cereja – Fundão)

Município do Fundão – ampliação de edificação destinada a Extensão de Saúde – Souto da Casa

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ampliação de edificação destinada a Extensão de Saúde, na Rua Dr. Eduardo Correia de Castro, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: A aprovação dos projetos: nas condições apontadas no n.º 6 da info. técnica prestada.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) – (Município do Fundão – ampliação de edificação destinada a Extensão de Saúde – Souto da Casa)

Pedro José Duarte Venâncio – alteração de operação de loteamento – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à alteração de operação de loteamento, na Tapada de São Marcos, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 4 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA – dessa decisão ao requerente, e nos termos do n.º 5.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Pedro José Duarte Venâncio – alteração de operação de loteamento - Fundão)



Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. – prestação de caução sob a forma de hipoteca voluntária sobre bens imóveis

Pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 27 de abril de 2021, do seguinte teor:

“**ASSUNTO:** Prestação de caução sob a forma de hipoteca voluntária sobre bens imóveis propriedade do requerente, com vista assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, Processo de loteamento n.º 05/2019, em nome Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. Na sequência da aprovação final da operação de loteamento, sito em Ribeiro de Guimarães, Fundão, em nome de Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda., NIF 510 075 894, com sede em sítio da Lagariça, Nó de Acesso A23, via Fundão Sul, nesta cidade do Fundão, nos termos do disposto do artigo 54.º, do DL. 555/99, de 16 de dezembro, alterado pela Lei n.º 118/19, de 17/09, o n.º 1, refere: - “o requerente ou comunicante presta caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização.”, o n.º 2 do citado diploma diz expressamente: - “A caução referida no número anterior é prestada a favor da câmara municipal, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução [...]” Assim, em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54 do diploma em referência, vem o requerente propor a prestação caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, licenciadas sob o Processo de Loteamento n.º 05/2019, aprovadas por deliberação camarária tomada em reunião de executivo camarário realizada em 12/03/2021, operação urbanística que incide sob o prédio rústico sito em Ribeiro de Guimarães, Fundão, da União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, inscrito na matriz predial rústica sob o art.º n.º 1244 e urbana sob o art.º n.º 4400, descrito na Conservatória do Registo Predial do Fundão sob o n.º 1618. A caução prestada sob a forma de hipoteca voluntária sobre bens imóveis propriedade do requerente, dando como garantia única a fração autónoma designada de letra “R”, pertencente ao prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito em Quinta da Arripiada, Lote n.º 6, freguesia de Covilhã e Canhoso, na cidade da Covilhã, composto de Bloco A – Piso três, direito – Tipo T5, com uma garagem no piso menos três, identificada pelo n.º 15 A e 15 B, e arrumos no sótão, identificados com o n.º 18, destinada a habitação, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5757-R, que teve origem no artigo n.º 2514, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 396 – R / freguesia Santa Maria. Assim, considerando o proposto, informo: 1 – O valor da caução a prestar foi fixado no valor de 157.415,00 € (cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos e quinze euros), sem IVA, de acordo com ao ponto 3 da deliberação camarária tomada em 12/03/2021; 2



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

– A fração autónoma designada de letra “R”, pertencente ao prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, sito em Quinta da Arripiada, Lote n.º 6, da União das freguesias de Covilhã e Canhoso, na cidade da Covilhã, composto de Bloco A – Piso três, direito – Tipo T5, com uma garagem no piso menos três, identificado pelo n.º 15 A e 15 B, e arrumos no sótão, identificados com o n.º 18, destinada a habitação, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 396 - R / freguesia Santa Maria, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5757-R, que teve origem no artigo n.º 2514, com valor patrimonial atual (CIMI) 195 880,00€ (cento e noventa e cinco mil e oitocentos e oitenta euros), determinado em 2019; 3 - Junto com o pedido, foi apresentado um Relatório de Avaliação Patrimonial ao imóvel em questão, elaborado por Fernando José Sousa de Miranda, eng. Civil, inscrito na Ordem dos Engenheiros membro sénior com o n.º 44190, que declara que a fração U tem a avaliação total de 195 880,00 € (cento e noventa e cinco mil e oitocentos e oitenta euros); 4 – Analisando o título de propriedade anexo ao pedido, a Certidão de Registo Predial da Covilhã n.º 396, verifica-se que o referido imóvel se encontra isento de qualquer Ónus; 5 – Considerando o valor patrimonial assegurado da hipoteca voluntária 195 880,00 € e o valor da caução a prestar 157.415,00€, poderemos considerar que será suficiente para assegurar a obrigação do proponente para com o Município do Fundão, no âmbito do referido processo; 6 – Considerando que “in fine” do n.º 2 do art.º 54 do citado diploma, lê-se **“deve constar do próprio título que a caução está sujeita a atualização nos termos do n.º 4 e se mantém válida até à receção definitiva das obras de urbanização”**; 7 – O montante da caução deverá ser reforçado, precedendo deliberação fundamentada da câmara municipal, caso se mostre insuficiente para garantir a conclusão dos trabalhos, em caso de prorrogação do prazo de conclusão ou em consequência de acentuada subida no custo dos materiais ou de salários, nos termos do disposto da al. a) e b) do n.º 4 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação; ou reduzido, nos mesmos termos, em conformidade com o andamento dos trabalhos a requerimento do interessado; 8– Considerando, caso o executivo aceite expressamente a referida proposta, deverá ser notificado o requerente para proceder à **escritura da hipoteca voluntária do imóvel a favor do Município do Fundão, e posteriormente levada a registo para ter eficácia real, com custas ao encargo dos outorgantes concedentes**; 9 – Considerando, que a proposta seja aceite pelo executivo camarário, deve proponente posteriormente **apresentar o título constitutivo da hipoteca voluntária a favor do Município, acompanhado da respetiva Certidão do Registo Predial, com a inscrição em vigor a favor do Município do Fundão com o valor em causa**, poderá proceder-se à emissão do respetivo alvará de loteamento, cujo pedido



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

deverá ser instruído com todos os elementos constantes na portaria. Face ao exposto, propõe-se que em sede de Reunião de Câmara, seja aceite a hipoteca voluntária como caução para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização até à receção definitiva das obras de urbanização, nas condições conclusivas e determinantes técnico-administrativas desta informação, notificando-se nos termos legais do CPA – Código do Procedimento Administrativo o requerente da decisão desta Câmara.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Fábrica de Móveis Martins e Imobiliária II, Lda. – prestação de caução sob a forma de hipoteca voluntária sobre bens imóveis)

Construções José M.A. Reis, Lda. – redução de taxas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a redução de taxas (alteração da operação de loteamento), na Estrada do Espírito Santo – lote 2, 3, 4 e 5, Fundão.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnica administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Construções José M.A. Reis, Lda. – redução de taxas)

Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Castelo Novo

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Catraia, Castelo Novo.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e



30/04/2021

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Castelo Novo)

Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade – Valverde

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Corgas, Valverde.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o conteúdo da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade - Valverde)

5- INFORMAÇÕES

Convenção de subvenção – Fundão Acolhe – Centro de Capacitação para NPT's

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento da Convenção de Subvenção celebrada a 5 de abril de 2021, entre a Secretária Geral do Ministério da Administração Interna e o Município do Fundão.

Balancete do dia 27 de abril de 2021

Total de Disponibilidades -----	2.149.314,15€
Total de Movimentos de Tesouraria -----	2.259.524,51€
Operações Orçamentais -----	1.901.555,25€

A Câmara Municipal, em reunião realizada por videoconferência, tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 27 de abril de 2021. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março)

E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente 

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças 